



MUNICÍPIO DE ARGANIL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 06

Sessão Ordinária
da
Assembleia Municipal
realizada
em
04 de Dezembro de 2021



Assembleia Municipal

ACTA N.º 6

-----Aos quatro dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte e um, no Salão Nobre dos Paços do Concelho reuniu, pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de António Gonçalves Cardoso, sendo secretariado pelos Senhores Deputados Érica Geraldês Castanheira e Luis da Silva Moreira Gomes, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que “cumprimento o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Membros da Assembleia, a comunicação social. Neste primeiro acto, para além da instalação, quero neste começo de mandato pedir a todos a melhor colaboração, ponderação na discussão dos assuntos aqui colocados e respeito pelo outro. Tudo deve ser discutido, mas peço-vos que seja com elevação. Esta casa tem que ser dignificada e gozar de prestígio e isso cabe a cada um de nós, em função do nosso comportamento. Da minha parte tudo farei por manter a disciplina e a ordem que cada assunto mereça.”-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Segundo Secretário da Mesa**, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----

-----António Gonçalves Cardoso, Fernando José Ribeiro Cavaleiro da Maia Vale, Érica Geraldês Castanheira, Sara Rita Rodrigues Pedroso, Maria Isabel Carvalho, em substituição de Tyoga Macdonald, Luis da Silva Moreira Gomes, Christophe Rodrigues Coimbra, José Miguel Morais Costa Nunes, em substituição de Miguel Sérgio Dias, Rita Sofia Gaspar Marques, em substituição de Maria José Silva, Horácio Lisboa Afonso, Rodrigo Fernando Gouveia Oliveira, Raul Agostinho Simões Martins, Helena Cristina da Gama Dias, Ivone Inês de Almeida Sousa Borges, Dora Sofia Lopes Lemos, Vítor Manuel Lopes Fernandes Almeida, Mário Jorge de Sousa Henriques, José Miguel Nunes Duarte Marques, Bruno Alexandre Afonso Costa, em substituição de Margarida Teresa Figueiredo, Luis Miguel Marques Fontinha e Ricardo Manuel do Amaral Pereira.-----

-----**Deputados Municipais com Assento:**-----

-----Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, Pedro Alexandre Pinto Alves; Presidente da Junta de Freguesia de Benfeita, José Gonçalves da Costa Pinheiro; Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Paulo Jorge Marques Carneiro; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Manuel Alberto Saraiva Ribeiro; Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, José da Conceição Lopes; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta



Assembleia Municipal

de Freguesia de Pombeiro da Beira, Victor Manuel Rodrigues Pedroso; Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, António José Ventura Dias; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Presidente da Junta de Freguesia de Secarias, António Souto de Carvalho; Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida; Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, João Manuel Marques Tavares e Secretário da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, João Borges Gonçalves.-----

-----Também participaram o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, bem como a restante Vereação, respectivamente Paula Dinis, Luís Almeida, Elisabete Oliveira, Filipe Frias, Paulo Teles Marques e Miguel Pinheiro.-----

-----Teve a palavra o primeiro secretário, senhora deputada **Érica Castanheira**, para referir que “recebemos, da edição Casino Estoril, a revista EGOÍSTA de Setembro de 2021; da ANMP, inscrições e convocatória para o 25º Congresso da ANMP; da Bloom Consulting – envio de edição do estudo Bloom Consulting Portugal City Brand Ranking; da Casa da Comarca de Arganil, convite para almoço comemorativo do 92º aniversário, a 8 de Dezembro de 2021; da CPCJ pedido de designação de dois cidadãos eleitores para a CPCJ. Quanto ao restante expediente recebido, foi sendo enviado por e-mail, para conhecimento de todos os senhores deputados”.-----

-----O Primeiro Secretário da Mesa deu ainda conhecimento do pedido de justificação das faltas dos senhores deputados Tyoga Macdonald, Miguel Sérgio Dias, Maria José Silva, Margarida Teresa Figueiredo e Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz.-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1 - Assuntos de Interesse para o Município.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para referir que “na última Assembleia Municipal ficou por tomar posse a Ivone Inês Almeida de Sousa Borges; iremos fazer isso agora, por isso lhe peço para que assine o termo que está no púlpito.”-----



Assembleia Municipal

-----Tomou posse a senhora deputada **Ivone Borges**, que assinou o termo de responsabilidade, e proferiu as seguintes palavras: “Eu, Ivone Inês Almeida Sousa Borges, afirmo solenemente, pela minha honra, que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para referir que “digo-vos que é com muito agrado que me dirijo novamente a esta Assembleia. Inicio hoje o meu segundo mandato enquanto membro da Assembleia Municipal de Arganil, e inicio-o com redobrado entusiasmo, redobrada responsabilidade e multiplicada motivação.”-----

-----Na qualidade de líder da bancada social-democrata, impera que o primeiro tema sobre o qual me dirijo a toda a Assembleia seja naturalmente o resultado das eleições do passado mês de Setembro.-----

-----Os arganilenses foram chamados às urnas e foram claros, aliás, absolutamente claros, em relação ao sentido em que pretendem que Arganil caminhe. A este propósito, permitam-me felicitar todos os eleitos. Ao Senhor Presidente da câmara Dr. Luís Paulo Costa, aos restantes membros do executivo, aos Senhores vereadores da oposição, ao Dr. António Cardoso e restantes membros desta Assembleia Municipal (caros colegas), e a todos os membros das assembleias de freguesia com particular ênfase aos seus presidentes, os meus parabéns e votos de um mandato profícuo a todos.-----

-----O Dr. Luís Paulo Costa e o seu projecto político para Arganil, em todas as suas extensões, foram os grandes vencedores deste acto eleitoral.-----

-----Dr. Luís Paulo Costa, foi a seu convite que me envolvi activamente na vida política. Vi em si alguém com o perfil adequado para liderar os destinos do nosso concelho. E porquê? Porque os 12 anos de trabalho que trazia nos executivos anteriores davam garantias de competência e capacidade de trabalho, mas mais que isso, porque possui qualidades que fazem falta à política portuguesa, quer local quer nacional. Fazer política falando verdade, mesmo quando a verdade é incómoda. Política do rigor, do tratamento igualitário onde não há espaço para a fanfarronice ou para política da palmada nas costas. Talvez por este facto ouvi em algumas ocasiões opiniões dizendo que o Dr. Luís Paulo Costa não era político. Um bom técnico, mas não um político. Discordei sempre. Um bom técnico, um bom homem, são necessariamente a base de um bom político e de um bom presidente.-----

-----Em 2017 a maioria dos Arganilenses teve esta mesma interpretação e confiou em si e no seu projecto a gestão do nosso concelho. Hoje, e após 4 anos de óptimo trabalho seu e da sua equipa, muitos mais passaram a confiar em si e no seu trabalho e os resultados deste acto eleitoral são apenas a confirmação do que diariamente era possível sentir na rua. A sua recondução no cargo de presidente com um executivo de 5 elementos, a eleição de 13 membros directamente eleitos para a Assembleia Municipal e a vitória das candidaturas do PSD e candidaturas independentes com o apoio do PSD em 13 das 14 freguesias e uniões de freguesias



Assembleia Municipal

permite-nos dizer que esta foi uma vitória em toda a linha do partido social democrata de Arganil, uma vitória em toda a linha do Dr. Luís Paulo Costa – o técnico que afinal sabe ser presidente - da sua equipa e do seu projecto político. Assistimos durante a campanha eleitoral à criação de um rótulo, por parte da nossa oposição, que designava os nossos membros como profissionais na política. Isto poderá até parecer estranho, mas permitam-me dizer que concordo. São absolutamente profissionais ao serviço da política Arganilense, desempenhando de forma séria a missão que lhes é confiada, tal como um bom profissional deve fazer. Se precisam da política para terem ocupação profissional? Isso é outra história e a carreira profissional de cada um deles responde por si mesmo. Também aqui fica evidente que se a opção que os Arganilense tinham que tomar era entre os profissionais e os amadores, perdoem-me, mas julgo ser este o antónimo de profissional, o resultado mostra bem que os Arganilenses consideram que não vivemos tempos para amadorismos.-----

-----E o que é que esta vitória e estes resultados nos trazem de novo? Orgulho? Sim, bastante, mas não só. Trazem na proporção da dimensão da vitória a obrigação de fazer mais e melhor trabalho e estou certo que este executivo pensa de igual forma e que este resultado só servirá de motivação e alento para diariamente darem o melhor de si, ao serviço de Arganil.-----

-----Enquanto deputado municipal, e em representação da bancada social-democrata gostaria também de dizer que nos apresentamos a este novo mandato com uma equipa renovada, composta por cidadãos das mais diversas áreas profissionais, que partilham o amor por esta terra e que prometem ser dedicados, activos e que procurarão sempre contribuir com a sua opinião para dignificar este órgão tão importante da vida política concelhia que é a nossa Assembleia Municipal. Estaremos de igual forma disponíveis para promover diálogos cordiais, pautados pela elevação e respeito com as restantes bancadas.-----

-----Gostaria ainda de repetir algo que no passado já tive oportunidade de referir nesta mesma casa. Assumimos um compromisso com os eleitores de Arganil. Hoje temos o privilégio de ser membros desta Assembleia e é bom que saibamos todos desempenhar as funções que jurámos cumprir. O nosso trabalho começa aqui, mas não termina aqui no final de cada sessão. É nossa função ser diariamente veículo de informação em duplo sentido entre a nossa Assembleia Municipal e os cidadãos Arganilenses. Que o saibamos fazer todos.-----

-----Finalizo esta minha intervenção deixando duas felicitações adicionais. Apesar de repetir as palavras do Senhor Presidente da Assembleia, não posso deixar de o fazer. Ao Senhor Presidente da câmara, Dr. Luís Paulo Costa pela sua eleição para vice-presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Este é mais um reconhecimento da capacidade do nosso presidente e que engrandece naturalmente Arganil. Avizinhando-se anos em que a execução de fundos comunitários será muito relevante e em que é expectável que a delegação de competências do estado central dê contínuos passos e sendo expectável que a CIM



Assembleia Municipal

assuma funções de relevo em ambos os processos, é muito importante por um lado sentir a segurança de estar devidamente representado nesta comunidade na defesa dos interesses de Arganil e por outro lado poder contar com o profissionalismo e competência do nosso presidente ao serviço da direcção da CIM. Deixo também uma nota de felicitação à colega Doutora Érica Castanheira pela assunção das suas novas funções de Vice-Presidente do Politécnico de Coimbra. É obviamente motivo de regozijo quando vimos Arganilenses ocuparem lugares de destaque na nossa sociedade. A capacidade de trabalho e competência que evidenciou ao serviço da Câmara de Arganil no mandato transacto serão certamente o garante de que será bem-sucedida nestas suas funções. A ambos, por contribuírem para a elevação do nome de Arganil, o meu obrigado, os meus parabéns, e votos dos maiores sucessos. -----Termino com o mesmo tema com que fechei as minhas intervenções na assembleia do mandato passado. Senhor Presidente, o segundo período já começou. Vamos ao trabalho.-----
-----Obrigado.-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Fernando Vale** para referir que “começo a minha intervenção com duas notas de pesar; uma primeira relativamente ao falecimento do Dr. António Xavier da Maia Carvalho e Costa que, infelizmente, faleceu no passado dia 4 de Novembro, com 101 anos de idade. Vou utilizar as palavras de um sobrinho seu, que foram as melhores palavras que caracterizam um homem excepcional; não tenho melhores palavras para o descrever: *“Deixa-nos um homem bom. Tinha uma cultura imensa, nunca tardeada, apenas testemunhada por quem convivia de perto com ele. Foi sempre uma pessoa empenhada, sem alardear, quer no seio da família, quer no seio da comunidade. Arganilense e cojense, tinha uma visão do mundo mais justo e mais fraterno, que o levou a África, mas também à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Arganil, onde esteve com Fernando Vale logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, mas também à presidência da Junta de Freguesia de Côja, sempre pugnando pelo bem-estar dos seus concidadãos. Foi farmacêutico em Côja, herdando a farmácia do seu pai, António da Costa Carvalho. Herdou não só a farmácia, mas também a responsabilidade sentida para com uma população com fracos recursos económicos e herdou a reputação de homem bom, com quem as pessoas podiam contar, nos melhores ou nos piores momentos e dele, herdou a capacidade para compreender as dificuldades destas populações e inúmeras vezes adiar, acto eterno, cobranças que sabia não serem possíveis. Se um João Semana houvesse, para caracterizar este tipo de farmacêuticos, encarná-lo-ia, sem dúvida; nunca reivindicou nada a ninguém, era a sua forma de estar na vida”*.-----
-----Uma segunda nota de pesar pelo falecimento do Primeiro-Sargento João Fernandes, militar da GNR do destacamento de trânsito de Faro, que faleceu tragicamente em missão, no passado dia 6 de Novembro, zelando pela segurança



Assembleia Municipal

dos cidadãos. Natural do Bocado, freguesia de Folques, tinha a reputação de ser um excelente profissional e era um homem estimado por todos.-----

-----Pedia que esta Assembleia Municipal, em homenagem à vida destes dois nossos concidadãos, prestasse um minuto de silêncio.”-----

-----A Assembleia Municipal guardou um minuto de silêncio em homenagem ao Dr. António Xavier da Maia Carvalho e Costa e ao Primeiro-Sargento João Fernandes.---

-----Continuou a sua intervenção o senhor deputado **Fernando Vale** para referir que “solicitamos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que sejam enviados às famílias destes dois nossos concidadãos um voto de pesar desta Assembleia e o testemunho do nosso reconhecimento pelo exemplo das suas vidas, em prol da humanidade e do próximo.-----

-----Passando para assuntos menos tristes, a bancada do Partido Socialista gostaria de felicitar e desejar os maiores sucessos ao treinador Filipe Cândido, com fortes raízes no concelho de Arganil, mais concretamente na freguesia da Benfeita e na aldeia de Monte Frio, filho do ilustre arganilense senhor Vítor Cândido, pela sua carreira ascendente enquanto treinador de futebol profissional, e que o levou à primeira liga, treinando o Belenenses SAD.-----

-----Também felicitar o Dr. Luis Paulo Costa, pela sua eleição para o cargo de Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM da Região de Coimbra e felicitar também a Dr.^a Érica Castanheira, pela tomada de posse como Vice-Presidente do Politécnico de Coimbra, desejando que elevem o nome de Arganil, desejando os maiores sucessos no desempenho das respectivas funções. Julgo que é importante para o nosso concelho.-----

-----Um outro tema que gostaria de referir é relativamente ao Plano de Regeneração da Paisagem Protegida da Serra do Açor; gostaríamos de saudar este Plano, promovido pelo ICNF, que se estenderá durante os próximos 3 anos, numa área de intervenção de cerca de 190 hectares, com ações de rearboreização com espécies autóctones, gestão de combustível, controlo de proliferação de eucaliptos, com 9 quilómetros de reflorestação da rede viária, que se somam às diversas ações que já foram desenvolvidas pelo ICNF na Mata da Margaraça e que corresponde a uma intervenção em mais de 50% da área de Paisagem Protegida da Serra do Açor.-----

-----Também saudar a contratação de uma equipa de 5 elementos, uma equipa do Corpo Nacional de Agentes Florestais, bastante importante para uma região tão deprimida como é a zona da Serra do Açor.-----

-----Gostaríamos de solicitar informações ao Senhor Presidente relativamente à gestão da Paisagem Protegida da Serra do Açor, uma vez que no quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, foi aprovado este modelo de co-gestão. Relativamente à Paisagem Protegida da Serra do Açor, gostaríamos de saber pelo Senhor Presidente qual o ponto de situação do processo de co-gestão e saber se já se encontra algum técnico



Assembleia Municipal

contratado. Saber igualmente o ponto de situação do Contrato Programa inicial estabelecido entre a Câmara Municipal de Arganil e o ICNF, da constituição das duas áreas integradas de gestão da paisagem, Carriça e Ribeira de Parrozelos, e também Relva Velha e Enxudro. Também gostaríamos de ter informação relativamente ao ponto de situação do trabalho já desenvolvido pelo Balcão Municipal EBUPI, de Arganil e também saber se o município de Arganil irá aproveitar a candidatura aprovada no âmbito do Aviso do Fundo Ambiental, para apoio a projectos de condomínio da Aldeia, na envolvente ao Enxudro e à Relva Velha, no sentido de implementar alguma das propostas do trabalho desenvolvido pela professora Sílvia Benedito.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para dizer que “quero começar por perguntar ao Senhor Presidente do Município quando é que será emitida uma comunicação oficial a todos os membros da Assembleia, com os pelouros e as competências atribuídas a cada vereador eleito; até ao momento, e passados dois meses da tomada de posse, não sabemos o pelouro que foi atribuído a cada vereador; no site da Câmara Municipal, a informação que é apresentada na secção dos vereadores, é que a página está em actualização. Agradeço que nos informe e quando é que essa comunicação será enviada.”-----

-----Outro assunto que me traz aqui tem a ver com a freguesia da Benfeita; prende-se pelo impacto negativo que algumas obras construídas, e com a supervisão do município, estão a causar na paisagem do nosso concelho. Falo concretamente de todos os muros de suporte que foram construídos ao longo da estrada que liga a freguesia da Benfeita. A construção destes muros não está em causa, são necessários, e outros mais vão ter que ser construídos; o que está em causa é que em plena Serra do Açor, caracterizada pelos seus socalcos em xisto, e sendo a freguesia da Benfeita, uma das Aldeias do Xisto, estes muros, em betão, contrastam totalmente com a paisagem. A situação mais escandalosa, a meu ver, é o muro construído junto ao parque de estacionamento da Fraga da Pena. Um dos locais visitados por milhares de turistas ao longo do ano e a qual é procurada pela sua beleza natural, é brindado por um muro de largos metros em betão. Além destes muros, existe uma outra obra na freguesia da Benfeita, que em nada se enquadra com a arquitectura que caracteriza as aldeias de xisto e a sua própria paisagem; falo da obra da Quinta do Dr. Urbano. Mais uma vez, não critico a obra em si, critico sim o impacto negativo que ela causa na paisagem. Porque não revestir a xisto o que agora está em betão à vista, ou até mesmo ocultar com vegetação que seja nativa da Serra do Açor? Julgo que a solução é simples, só não percebo o porquê de ainda ninguém se ter deparado com estas aberrações. Ainda sobre a obra da Quinta do Dr. Urbano, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente se esta obra está dada como terminada e qual o destino que lhe irão dar, porque até ao momento não tem servido para nenhum fim.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra a senhora deputada **Sara Pedroso** para referir que “a minha intervenção serve para realçar e para parabenizar o município pelo prémio que foi recentemente atribuído a Arganil como Município do ano 2021, numa categoria regional, com o projecto Costurar Valores, uma experiência de economia circular em Arganil. É a primeira vez que Arganil é reconhecida com este prémio, é uma oportunidade de divulgar ainda mais este projecto, reconhecer o seu mérito, que sendo fundamentalmente um projecto de educação ambiental, e portanto de promoção da sustentabilidade, de reutilização de resíduos têxteis, vai para além disso, também com um forte componente formativo de recuperação de saberes antigos, neste caso a costura, de promoção do convívio inter-geracional, e também aqui com a componente importante de inclusão social nomeadamente com esta parceria com a unidade funcional da APPACDM de Arganil. Dar os meus parabéns e desejar que continue a ser divulgado este projecto e que possa avançar mesmo esta componente formativa que percebo que pela pandemia esteja mais limitada, mas que se possa continuar a desenvolver. Os meus parabéns.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **José Miguel Marques** para referir que “é com sentimento de orgulho e de responsabilidade que me dirijo a todos vós, neste órgão tão nobre e solene da nossa democracia e do nosso poder local. Como sabem sou um estreante nestas funções e é de forma livre e empenhada que espero poder contribuir para o bom funcionamento desta Assembleia, sempre em prol do desenvolvimento desta terra tão apaixonante que é Arganil. Tenho 34 anos e o mundo diz-me que poderei esperar mais cerca de 50 anos de vida; mas o mundo também me diz que terei de enfrentar os enormes desafios da sustentabilidade. Da sustentabilidade ambiental, e da sustentabilidade demográfica, que em conjunto vão armadilhando o fenómeno da desertificação. Apesar de situar no centro do país, a pouco mais de meia hora de automóvel da capital de distrito, a cerca do 90 quilómetros do oceano Atlântico, a pouco menos de duas horas de viagem de um aeroporto internacional, segundo os censos de 2021, nos últimos 10 anos, o concelho de Arganil perdeu 8,81% da sua população, ou seja, um pouco mais de um milhão de habitantes. Nesta tempestade, que chamamos de Inverno demográfico, e que varre o Interior, ou melhor dito, o não litoral, o concelho de Arganil não está sozinho, pelo contrário; prova disso mesmo é que apenas 51 dos 308 municípios portugueses, não registaram um decréscimo populacional e que cerca de metade da população portuguesa residente no país, se concentre em apenas em 31 municípios, localizados das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Este é pois um problema demográfico que extravasa em muito as fronteiras do concelho e até do país, e que tem duas vertentes principais: a crise da natalidade e a liberalização. Como podemos então responder a este ciclo vicioso onde, numa parte tão significativa do país, o despovoamento leva a menos desenvolvimento e um menor desenvolvimento leva a mais despovoamento. Para alguns demógrafos uma das soluções passará pelos fluxos migratórios; segundo a PORDATA, nos últimos 10 anos, a percentagem de



Assembleia Municipal

população estrangeira residente no concelho de Arganil, mais do que triplicou; e se na década passada representava menos de metade da média nacional, hoje é superior à média do país. Creio que apesar de todos os desafios que traz, e aos quais é importante saber responder, esta é uma oportunidade importante, pelo que a integração da comunidade estrangeira, deve continuar a mobilizar a autarquia, em articulação com diversas entidades. Exemplos desse investimento é a criação do Centro Local de Apoio à Integração de Emigrantes, a funcionar desde 2018, e o desenvolvimento de diferentes projectos no âmbito do Fundo para o Asilo a Migração e a Integração. Se a integração dos que procuram o nosso território pode ser parte da solução, estou convicto que a inversão do Inverno demográfico não se fará apenas por esta via. É urgente dar motivos para fixar os que cá estão, fazer regressar os que daqui um dia partiram, e atrair aqueles que para aqui desejam vir. Não poderia deixar de salientar o trabalho desenvolvido pelo município, para responder a este complexo e exigente desafio, e que permitiu dois importantes e recentes reconhecimentos; o município recebeu, pelo quinto ano consecutivo, o galardão da autarquia mais familiarmente responsável, atribuído pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis, assim como mereceu destaque ao subir 18 lugares no ranking da Marktest Municípios com Melhor Qualidade de Vida, situando-se actualmente no 30º lugar a nível nacional. Acredito que somos um município que tem uma estratégia e sabe para onde está a caminhar, fruto de um rumo que tem sido trilhado ao longo dos últimos anos e que o Orçamento para 2022 e as Grandes Opções do Plano, uma vez mais confirmam. E a verdade é que esta é também a percepção da generalidade dos arganilenses que reforçou a confiança no executivo liderado pelo Dr. Luis Paulo Costa. Estes reconhecimentos são resultado do trabalho desenvolvido pelo executivo, que continua a investir na Educação, com a manutenção dos apoios ao fornecimento de refeições, do prolongamento de horário, dos transportes escolares, bem com a implementação dos programas de prevenção do abandono escolar e da promoção do insucesso educativo. Um concelho que tem disponível um parque escolar moderno equipado e que a possibilidade de reabilitação e modernização da Escola Secundária de Arganil é agora aguardada com expectativa. No Ambiente, com a continuação dos investimentos na ampliação e conservação das redes de abastecimento e saneamento de águas, cujos serviços de manterão com tarifários dos mais reduzidos no contexto da região, e onde saliento os projectos da reciclagem e valorização de resíduos que tanto sucesso têm tido. Nas Acessibilidades, com a previsão da continuidade da beneficiação das ligações rodoviárias existentes, num investimento de cerca de 1,3 milhões de euros. Ao nível do Lazer e Desporto, com a possibilidade de criação dos percursos clicáveis, entre as Secarias e Arganil, e entre a vila de Arganil e o Maladão, mas também o investimento na requalificação do Parque Municipal de Campismo, no Sarzedo. Ao nível da tributação e fiscalidade, com a manutenção da taxa mínima de 0,3 de IMI, a devolução às famílias de 5% do IRS a que o município teria direito, como bonificação, em função do número de filhos. Ao nível dos apoios às empresas, com a



Assembleia Municipal

manutenção da taxa de Derrama nos 0%, o projecto de investimento tecnológico no Pólo Este da Zona Industrial da Relvinha, mas principalmente a conclusão da intervenção na ampliação no Pólo Oeste, que sendo um investimento tão estratégico, deve ser colocado no centro de desenvolvimento do concelho, e em função do qual deverão girar políticas activas de emprego, coesão social, estímulo à economia ao nível local e central. E aqui poderia continuar a numerar outros investimentos, que tornam Arganil num concelho amigo das empresas e das famílias, um bom município para viver, visitar e investir. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, creio que o executivo municipal não trabalha para obter prémios ou distinções e por isso os prémios e distinções hoje aqui em destaque, e que a todos nos orgulham, são um justo reconhecimento do trabalho sério e comprometido que tem sido realizado e estou certo que continuará a ser, e não a meta em si mesmo. Um dia ouvi alguém definir o populismo como a apresentação de propostas ou soluções demasiadamente simples, para problemas que são realmente complexos; parece uma boa definição; é por isso que perante o desafio demográfico, ao qual temos de conseguir responder, constato e me congratulo com o facto do município de Arganil manter o foco num rumo a longo prazo e do qual não deve desviar-se a olhar para trás. Confio por isso, que com a ajuda de todos e com a continuidade deste trabalho sólido e sério, poderemos acalentar a esperança de ultrapassar tão rigoroso Inverno e augurar uma nova Primavera realmente duradoura e sustentável.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Bruno Costa** para dizer “trago dois temas que considero bastante pertinentes; em primeira análise, quanto ao projecto compostar é reciclar, gostaria de saber qual é o ponto de situação do mesmo. Em segundo, quero parabenizar o executivo quanto às iniciativas de Natal apresentadas, que já se encontram a desenvolver; com um programa diversificado; o Natal em Arganil terá mais luz, literalmente, com as ruas iluminadas, fazendo parecer uma vila Natal. Contemplado foi também o comércio local, com a iniciativa Este Natal Compre Cá, novamente implementada, e visando fortalecer e aumentar as transacções económicas no comércio do nosso concelho, potenciando os munícipes que aqui têm os seus negócios. No panorama cultural, temos a enaltecer as iniciativas pluriculturais, tais como workshops, concertos, exposições, entre outros, que se irão desenvolver neste período, sendo as mesmas atractivas a miúdos e graúdos. Destaco o Mercado de Natal, uma iniciativa em parceria com o CLDS, que enche de magia o centro da vila e que apoia o comércio local e as associações arganilenses. Na situação em que o país se encontra, o programa ambicioso desenhado por este executivo, para este Natal, demonstra a resiliência do poder local em apoiar os seus munícipes, não se alheando dos seus deveres numa quadra que diz tanto aos portugueses; e aqui sim, devemos aplicar resiliência, no seu pleno, diferentemente do que a senhora Ministra da Saúde fez. Considero ainda que é necessário, com a evolução da pandemia, tornar todas as decisões necessárias para diminuir os riscos de transmissibilidade do vírus e acautelarmo-nos; sei que ainda é cedo mas estamos



Assembleia Municipal

a aproximar-nos do Natal; desejo assim, um santo e feliz Natal, e que 2022 seja mais livre e menos pandémico.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Luis Gomes** para referir que “vou fazer referência a duas datas que me parecem importantes para a história política deste país. A primeira, por coincidência, hoje, 4 de Dezembro; esta data principalmente para os mais novos, não dirá nada, ou não tenha uma referenciação importante, mas faz hoje 41 anos que o grande político, o grande estadista, Francisco Sá Carneiro, faleceu. É uma data marcante pela tristeza que envolveu a sua morte, a sua perda, naquilo que alguns chamaram desastre de Camarate, mas que não passou de um atentado político e apesar das muitas comissões criadas para desvendar o mistério da sua morte e dos restantes ocupantes, Adelino Amaro da Costa, Patrício Gouveia, Snu Abecassis, e os dois tripulantes, nunca se apuraram responsabilidades; a culpa morreu solteira; mas evocar aqui, neste dia, 41 anos após a sua morte, faz todo o sentido. Aqui está o meu testemunho pessoal e também, necessariamente, o da bancada Social-Democrata.-----

-----Uma outra data, que será de amanhã a oito dias, dia 12 de Dezembro de 1976; permiti-me escrever algo sobre isto, algo que também já tinha feito há 15 anos nesta mesma Assembleia. Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais. Era intenção minha redigir uma intervenção nova sobre o dia 12 de Dezembro de 1976, data que constituiu, sem dúvida, um marco importante na história da nossa Democracia, passados que estão 45 anos. Tiveram lugar então as primeiras eleições livres e democráticas do poder local e ao reler agora o texto que fiz há 15 anos, e que apresentei neste fórum democrático, que é a Assembleia Municipal, constatei que valia a pena respigar um ou outro ponto por verificar que passado este tempo, se mantêm situações ou factos tão actuais, uns pela positiva, outros pela negativa, que merecem uma reflexão atenta. Disse então: *“foi este acto eleitoral de há 30 anos que mais esperança depositou nos portugueses crentes numa democracia que dava os primeiros passos e que iria operar as transformações para a modernidade para o progresso e para a igualdade social e para quem estiver atento à vida em sociedade desde essa altura, tem que forçosamente reconhecer que as mutações operadas tiveram um compilar forte de sustentabilidade no poder local. Foram os autarcas, os Presidentes de Câmara, os vereadores, os Presidentes de Assembleias Municipais e seus membros, os Presidentes de Juntas de Freguesia e membros das Assembleias de Freguesia, que tornaram possível o Portugal moderno, que hoje ainda procura acertar o passo do desenvolvimento. Passadas estas 3 décadas, é tempo de reflexão e também de exigência pela correção das iniquidades que ainda persistem em quase todas as vertentes do social, no desenvolvimento económico, nas oportunidades de acesso dos cidadãos ao emprego, na qualidade de vida, etc, etc, num país que teimosamente continua a ser conduzido a duas velocidades, segregando os portugueses que vivem no Interior em relação aos que vivem no Litoral, e na periferia das cidades desenvolvidas. Assim, continuam assimetrias*



Assembleia Municipal

gritantes que é urgente expurgar, porque não pode continuar a existir um país de primeira e um país de segunda.” Em relação ao nosso concelho de Arganil, o que dizer? Que conclusões podemos tirar desta vivência e desta intervenção do poder local, ao logo destas quatro décadas e meia? Sem dúvida que o balanço é positivo, pois o concelho progrediu, a qualidade de vida dos munícipes aumentou e as estruturas embrionárias de desenvolvimento lançadas desde o primeiro mandato, conquistado pelo PPD, Partido Popular Democrático, de que me orgulho ter feito parte, tornaram possível a concretização da resolução de muitos problemas de vida política de proximidade implementadas entre eleitos e eleitores. E que futuro? Que medidas foram tomadas pelo Estado Central para estancar a desertificação que tem minado este hinterland há décadas a fio? - Poucas ou nenhuma, porque toda a problemática persiste, disse na altura.-----

-----Torna-se necessário inverter ou equilibrar as tendências de investimento através de políticas atractivas, apoiadas particularmente na melhoria de acessibilidades, em facilidades de crédito com taxas de juro a custo zero, para um investidor nos primeiros anos de vida da empresa no acompanhamento directo in loco por parte dos organismos estaduais e/ou regionais de cada sector, pela existência de uma formação profissional adequada com uma intervenção de proximidade, na melhoria de regalias, com incentivos fiscais já existentes que minorizem os custos da interioridade. E como deve ser desenvolvido todo este desafio? Através da exigência firme e determinada de um poder político centralizador, sem submissões nem servilismos partidários porque só assim existirá força, que dará força à nossa razão. Não basta descentralizar competências para os municípios torna-se sim necessário e indispensável assegurar e realizar o mais rápido possível todo o processo de regionalização onde a voz dos autarcas seja ouvida e as suas reivindicações sejam satisfeitas sem os pareceres paralisantes e atrofiantes dos burocratas que tecem a teia do poder central.-----

-----Termino fazendo referência ao actual executivo pela capacidade de pôr em marcha um projecto arrojado com a expansão da Zona Industrial da Relvinha, projecto que constituirá uma alavanca de desenvolvimento para o nosso território, criando emprego e riqueza e também para toda a região da Beira Serra. O esforço da autarquia está materializado, compete agora ao Governo Central definir e criar políticas atractivas e incentivadoras para os potenciais investidores. Por último, sem referência especial a ninguém, mas abrangendo todos os quadrantes partidários, deixo a minha singela homenagem e o meu respeito pelos homens e mulheres que, já tendo partido da nossa vivência, de alguma maneira participaram e lutaram pela consolidação do poder local no concelho de Arganil.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Luis Fontinha** para dizer que “a minha intervenção prende-se com o Projecto da Floresta da Serra do Açor; sendo um projecto estruturante, muito importante para o nosso território, do ponto de vista técnico, manifestamente muito bom, falhando, segundo a minha visão, na estratégia;



Assembleia Municipal

não compreendo porque é que não se têm feito candidaturas a fundos do PDR para a execução das manobras, multiplicando assim o financiamento e tornando mais viável a sua execução e a sua manutenção, num horizonte temporal dos 40 anos que pretende.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Cristina Dias** para referir que “é a primeira vez que aqui estou, considero uma honra representar em nome do Partido Socialista, o meu partido de sempre, e juntamente com os meus colegas de bancada, as gentes de Arganil, que em nós confiaram os seus mais legítimos anseios. Tudo farei para estar à altura do desígnio. A minha breve intervenção foca-se no direito fundamental da Oposição, que abrange desde logo, como bem sabem, o direito dos partidos não representados no executivo autárquico, como é o nosso caso neste mandato que agora se inicia, criticarem e contestarem a acção do executivo. Este assunto vem desde logo à discussão, porque as propostas de plano e orçamento elaboradas pela Câmara Municipal nos chegaram tarde e a más horas; ora, diz a nossa melhor doutrina, que os titulares da Oposição devem ser ouvidos logo e após a elaboração dos projectos das respectivas propostas, para que possam exercer o seu direito de Oposição, pronunciando-se sobre as mesmas de forma informada e elaborada e isso requer tempo.-----

-----O direito de Oposição vem consagrado, desde logo, na Constituição da República Portuguesa, desdobrando-se nos direitos fundamentais à informação, à participação, à consulta prévia e atempada dos documentos de interesse público, ao direito ao depoimento e ainda o direito contra os órgãos de comunicação social. Os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais, e que não integrem os correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade directa ou imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respectivos orçamentos e planos de actividades. É o que se retira desde logo da Lei nº 24/1998, de 26 de Maio, que contempla o estatuto de Oposição e que se baseia no princípio constitucional do direito de oposição democrática. O direito de oposição é antes de mais a consagração em termos políticos dos direitos das minorias, cuja garantia se traduz num instrumento constitucional de contrapeso e limite do poder da maioria. Cabe-nos e é nossa obrigação política, a actividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas do órgão executivo. Para que esse direito e essa oposição se possam concretizar em pleno, temos de ser informados atempadamente, regular e directamente, sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público, como está previsto na lei, e é do vosso conhecimento.-----

-----Gostaria que vislumbrassem aqui não necessariamente um entrave, mas uma oportunidade de algo construtivo, porque não pensamos todos da mesma forma e é isso que nos enriquece.-----



Assembleia Municipal

-----É que, senhor Presidente, ninguém está acima da lei, nem com maioria, nem sem ela. Usar o poder do exemplo e não o exemplo do poder, é o que perdura na memória das gentes. E há momentos na vida em que temos que ter um encontro com a grandeza. Os documentos podem chegar até nós, se quiser, nas vésperas das reuniões municipais, se o senhor Presidente achar nisso alguma conveniência política, mas uma coisa lhe digo, nem por isso deixarão de ser analisados e escrutinados à exaustão, porque em paralelo com o direito primordial de ser investido em funções públicas, o direito atempado de acesso aos assuntos de natureza política, são uma consequência directa e essencial daquele direito fundamental. E essa é a essência da democracia representativa.-----

-----Nós hoje estamos em clara minoria, é verdade, somos poucos, mas sabem, somos muito teimosos, e como dizia Gandhi, as coisas difíceis que parecem impossíveis, só podem ser atingidas com uma teimosia pacífica e isso, garanto-lhe, não nos faltará. A oposição, por mais minoritária que seja, não pode nem deve ser emoldurada, mas sim promover o debate de ideias, porque no final o que nos move são as pessoas que esperam bem mais de nós, para além de jogadas políticas de bastidores. Esperamos assim, de ora em diante, que sejamos notificados em tempo e horas quanto mais não seja por uma questão de seriedade política, de todos os assuntos relevantes para o município, antes das respectivas reuniões municipais. Confiamos que assim será.-----

-----Parafraseando um velho professor de Coimbra, *uma administração opaca infantiliza, uma administração transparente esclarece e tranquiliza.*-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **José Miguel Nunes** para dizer que “estando nós perante uma necessidade urgente de combate às alterações climáticas, a mobilidade eléctrica e a compra de veículos eléctricos, em particular tem tido um aumento expressivo em Portugal; só até Novembro deste ano, já se venderam 22.722 veículos eléctricos. Um valor maior que em todo o ano anterior, estando-se a atingir uma cota de mercado na ordem dos 30% destes veículos. Perante isto, e sendo Arganil um concelho reconhecidamente vasto em termos de área geográfica, com 332 quilómetros quadrados, a minha questão é porque é que não se promove a criação de mais postos de carregamento eléctrico ao longo do concelho? Olhando para o mapa, vemos dois pontos de carregamento na sede do concelho, mas todo um vazio no resto do mapa. Para mim é inconcebível que, numa vila com a dimensão de Côja, e com a expressão turística que se quer que esta tenha, não haja qualquer posto de carregamento eléctrico para viaturas. Mesmo em zonas turísticas mais distantes de uma zona urbana, como é o caso do Piódão, poderia fazer sentido a existência de um posto de carregamento eléctrico, de forma a promover o turismo sustentável. Ainda assim, para mim, como disse, nada é tão gritante como o exemplo de Côja. Perante isto, termino reforçando a questão porque é que não se expande a rede de postos de carregamento eléctrico de viaturas, dispersando-as um pouco ao longo de um concelho tao vasto quanto o nosso.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para “sublinhar as palavras do senhor Presidente da Mesa da Assembleia, quando se referiu ao desafio que se nos coloca nesta Assembleia e em todos os actos políticos em que participamos; estou também eu certo que a dimensão do nosso trabalho resultará também muito da grandeza que tivermos capacidade para demonstrar nestes fóruns.-----

-----Passando às questões aqui colocadas pelos senhores deputados municipais, ou as intervenções que foram efectuadas, começo pela intervenção do deputado Christophe Coimbra, para dizer que agradeço muito as suas palavras, sei que são sérias, que são convictas, e que nos dão conforto porque acreditamos e demonstram que a estratégia que escolhemos para o nosso concelho é a estratégia com que os nossos concidadãos também maioritariamente se identificam. Há coisas que referiu que não posso deixar de sublinhar, desde logo algo tão crítico na nossa vida política como é a questão da confiança, e fazemos questão de a reafirmar todos os dias independentemente de às vezes termos que dizer coisas que não são tão simpáticas, não são tão popularuchas, mas são ditas com verdade. É nesse contexto de verdade que afirmamos o nosso trabalho. Como comecei por dizer, não posso deixar de estar reconhecido pelas suas palavras, sublinhando que os resultados eleitorais obtidos no mês de Outubro reforçam também aquilo que é a nossa responsabilidade. É esse o nosso compromisso, para além de fazer mais e melhor, e já fizemos muito, naturalmente que estamos disponíveis para o fazer com mais responsabilidade. Quero também agradecer as palavras que disse relativamente à eleição para a vice-presidência da Comunidade Intermunicipal. Subscrever também a referência que fez relativamente à designação da senhora engenheira Érica Castanheira para Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra e, como disse, e bem, vamos agora ao trabalho.-----

-----Relativamente às palavras do senhor deputado Fernando Vale, quero associar-me aos votos de pesar que aqui apresentou. Associar-me também às felicitações que fez relativamente ao Filipe Cândido e agradecer também as palavras que apresentou relativamente à temática da CIM e do Instituto Politécnico de Coimbra. Em relação à co-gestão da Paisagem Protegida da Serra do Açor, é um processo que está em implementação; como se recordará ainda ao tempo do mandato anterior, foi celebrado um contracto tripartido entre o ICNF, o Município e a Associação dos Produtores Florestais do concelho de Arganil, portanto aquilo que são as competências fixadas, nomeadamente em termos de diagnóstico, em termos de elaboração de documentos, e estamos a falar de um triénio que essencialmente é um triénio de diagnóstico e de planeamento, esse trabalho está a ser desenvolvido, foi recentemente, na passada quinta ou sexta-feira, entregue o primeiro Relatório, a Comissão tem reunido regularmente, a última vez foi na sexta-feira da semana passada; trata-se de um processo em que estamos todos ainda no país a aprender, a aprofundar, mas que no nosso caso está a dar passos concretos e espero e faço votos para que possa ser um processo bem sucedido no futuro, uma vez que



Assembleia Municipal

também considera desde logo um reforço das responsabilidades de todos os parceiros envolvidos e também neste caso da Câmara Municipal. Em relação às áreas integradas de Gestão de Paisagem, foram aprovadas três para o concelho, uma das quais particularmente a Mora Alva que foi proposta pela Associação CAULE, as outras duas foram propostas pelo município e foram aprovadas. Há uma primeira fase de cadastro, de planeamento, e aquilo que aguardamos, com muita expectativa, são as soluções para a execução das medidas que venham a ser preconizadas para as áreas integradas da gestão da paisagem. Acreditando e considerando pessoalmente que se trata de uma medida legislativa que conceptualmente está bem desenhada, mas que do ponto de vista prático, tem demonstrado alguns constrangimentos. Relativamente à questão do EBUPI e do cadastro, no caso do atendimento presencial, regista números ainda para aquilo que é a grandeza do município, estamos a falar de mais de 120 mil matrizes rústicas, deveremos estar neste momento com um pouco menos de mil georreferenciações, o que é muito pouco, mas também aquilo que se sabe, que é do vosso conhecimento, é que boa parte deste trabalho do terreno ficou na esfera da Comunidade Intermunicipal, que está a contratualizar os trabalhos de campo para todo o território da Comunidade Intermunicipal, com excepção do concelho de Coimbra, que ficou de fora desse processo. Esse processo de contratação dessas equipas está neste momento em fase de obtenção de visto prévio do Tribunal de Contas e logo que esteja obtida essa confirmação por parte do Tribunal de Contas, teremos então condições para, no terreno, fortalecer este trabalho que é muito importante, não só para conhecermos o território mas também principalmente para podermos planear e organizar o espaço rural e particularmente aquilo que tem a ver com a floresta. Relativamente ao Programa dos Condomínios da Aldeia, como sabe, foi apenas aprovado, face aos pressupostos, só este é que tinha condições para ser considerado, o da Relva Velha e Enxudro. Relativamente àquilo que foram as notícias divulgadas através da AIGP, de que estariam a dinamizar alguns dos projectos propostos pelo grupo da professora Sílvia Benedito, parece que houve um problema de comunicação; ainda há pouco mais de uma semana tive oportunidade de reunir com o responsável da AIGP para clarificar esta temática, mas ainda assim acreditamos que num processo que pelos vistos está a ser redesenhado para não ter uma malha tão fina, no que tem a ver com o programa dos Condomínios da Aldeia, estamos à espera de poder acolher algumas das propostas que foram formuladas pelo grupo que foi coordenado pela professora Sílvia Benedito.-----
-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Rodrigo Oliveira, tomei nota da sua preocupação relativamente à distribuição dos pelouros, penso que será entretanto publicada. Relativamente às questões da arquitectura, lamento informá-lo mas não sou arquitecto e declaro-me manifestamente incompetente para apreciar questões da área da arquitectura. No caso em particular da obra da Quinta do Dr. Urbano, foi o projecto desenvolvido por vários arquitectos, pessoalmente posso gostar mais ou menos, do ponto de vista do princípio, naturalmente que não tenho



Assembleia Municipal

competência para dizer que é uma aberração, é um projecto subscrito por técnicos com competência na matéria; posso gostar mais ou menos, tal como se pode gostar mais ou menos daquele espaço de restauração no largo do Piódão, mas ainda assim, são projectos desenvolvidos por técnicos habilitados para o efeito, e volto a dizer, manifesto-me incompetente para apreciar soluções arquitectónicas. Relativamente à questão dos impactos negativos na paisagem dos muros de suporte, aquilo que posso dizer é que lamento que aqueles que foram feitos ainda não cheguem e sejam necessários muito mais; precisamos de ter uma via com segurança, não podemos deixar de garantir a estabilidade da rede viária, e foi também por causa disso e precisamente por esta situação, que tal como neste trajecto para a Benfeita, também na aldeia do xisto de Vila Cova de Alva, as Infraestruturas de Portugal tiveram que fazer a contenção da EN 342, precisamente também com a substituição do muro de pedra por um muro de betão. Os tempos, quando se pretende garantir a estabilidade das soluções, não se compaginam com outras soluções que aconteciam no passado, quando o trânsito tinha outras características.-----

-----Relativamente à intervenção da deputada Sara Pedroso, agradecer muito as palavras que deixou relativamente a este reconhecimento do município de Arganil como Município do Ano 2021, na categoria regional com menos de 20 mil habitantes; naturalmente que é um galardão que nos orgulha, que nos enche de responsabilidade, mas que é muito importante para a afirmação também do nosso concelho, não apenas regional mas também nacionalmente. Agradecer sentidamente as palavras que aqui formulou.-----

-----Em relação ao diagnóstico feito pelo deputado José Miguel, que fez aqui uma radiografia muito perfeita daquilo que é a realidade demográfica do país, tenho vindo há muitos anos a dizer, a reafirmar, e a lembrar que infelizmente Arganil não é nem um deserto nem um oásis, e se fosse era fácil encontrar uma solução, mas como diz, trata-se de um problema nacional, que afecta mais de 250 municípios dos 308 que o país tem; é um desafio para a próxima década, tanto mais que as projecções demográficas para o país, se nada for feito para 2050, já nos apontam qualquer coisa a bater nos oito milhões de habitantes; é algo verdadeiramente preocupante para o nosso país e também, como é óbvio, para o nosso território. É também por isso que fazemos um esforço muito grande na integração daqueles que escolheram Arganil para viver e particularmente da comunidade estrangeira, que se sente, em Arganil, eu diria como se sentiria na sua terra, ou melhor, talvez se sinta melhor em Arganil do que se sentia anteriormente na sua terra; investimos muito, de facto, para que esta comunidade tenha condições para ficar a residir no nosso concelho e tão integrada quanto aquilo que é o desejo deles, porque nem todas as pessoas têm a mesma perspectiva relativamente à vida em sociedade e portanto também temos que respeitar as especificidades de cada um dos grupos que escolheram Arganil para viver e por isso naturalmente que me associo às preocupações que aqui formulou e aproveito também para agradecer as referências que fez relativamente ao



Assembleia Municipal

reconhecimento de Arganil como autarquia familiarmente responsável e também naquilo que tem a ver com o ranking da Marktest, no que concerne à qualidade de vida, que coloca o nosso concelho como o terceiro concelho na região com maior qualidade de vida.-----

-----Relativamente à intervenção do deputado Bruno Costa, e no que tem a ver com o Projecto Compostar é Reciclar, aproveito para fazer uma referência, que é uma referência que parece que é longínqua mas que vai aparecer muito rapidamente; em 2035 é a meta que o país anunciou, internacionalmente, devemos estar a colocar, no máximo, em aterro, 10% dos resíduos sólidos que produzimos actualmente. Se tivermos em consideração que actualmente deveremos estar a reciclar, no caso do nosso concelho, pouco mais de 10%, significa que estamos a enviar uma brutalidade de resíduos para aterro, que entretanto vão ter que ter outros destinos. Naturalmente que a reciclagem e a reutilização são sempre caminhos possíveis e no que tem a ver com a reutilização o Projecto Costurar Valores é disso um bom exemplo, mas há também um outro desafio que se coloca, nomeadamente o dos bio-resíduos, dar uma vida diferente àquilo que são as coisas que se produzem lá por casa e que não têm que ir para o aterro e podem ser transformadas desde logo em compostos orgânicos. O projecto Compostar é Reciclar tem essencialmente a ver com esse grande desafio colectivo que não é só um desafio nacional, é um desafio internacional, são compromissos assumidos internacionalmente. Como sabe estamos a reforçar esse processo através da distribuição de compostores aos consumidores que se têm inscrito para os obter; temos várias soluções escaladas de acordo com as dimensões dos lugares ou também as condições para poder fazer este tipo de compostagem, mas é um projecto que está em desenvolvimento e em afirmação. Agradecer as palavras que deixou relativamente às iniciativas de Natal, que, como muito bem sublinhou, não podem estar dissociadas de comportamentos cautelares, naquilo que tem a ver com os riscos da pandemia e é esse o desafio que fica para todos.-----

-----Em relação à intervenção do senhor deputado Luis Gomes, que fez aqui uma resenha de duas datas muito importantes para o país, e particularmente o desastre de Camarate ou atentado, é uma data que marcou negativamente a nossa democracia. Mas também, para não vincarmos demasiado as datas que têm um peso negativo, gostava de aproveitar que também num qualquer dia 4 de Dezembro, de anos que não consigo determinar, nasceram os cidadãos João Tavares e Adelino Almeida, nossos membros da Assembleia Municipal; quero aproveitar para lhes dar os parabéns pelo aniversário. Relativamente à referência acerca da Relvinha, depositamos muitas expectativas e estamos a trabalhar para que aquele projecto possa ser um projecto de afirmação do nosso concelho.-----

-----Acerca da intervenção do senhor deputado Luis Fontinha, vale a pena relembrar a informação para que não existam equívocos. O projecto Floresta da Serra do Açor é provavelmente actualmente o projecto mais emblemático da área florestal que está a decorrer no nosso país; pode eventualmente até nem ser o maior, mas é aquele



Assembleia Municipal

que considera uma perspectiva diferente com a reintrodução das autóctones, com uma atenção muito grande à biodiversidade, com a questão dos “mosaicos”, com a questão da paisagem, daquilo que está a ser actualmente veiculado relativamente aos programas de reordenamento da paisagem e às áreas integradas de gestão da paisagem, é algo que nós já vimos a desenhar há três anos, quando começámos a desenvolver este projecto, com a Escola Superior Agrária de Coimbra. Trata-se de uma área de intervenção com 2.500 hectares, dos quais apenas 1.500 serão objecto de arborização e rearborização, maioritariamente em povoamento misto, utilizando e reintroduzindo, para além do sobreiro, o castanheiro, o carvalho, o medronheiro, fazendo em povoamento misto com o pinheiro bravo, por uma razão técnica, que foi explicada pela Escola Superior Agrária, e que tem a ver com a redução do risco de stress dos anos iniciais das espécies autóctones. Também, como já deve ter ouvido falar, o pinheiro bravo é para ter um corte raso no 15º ano, para deixar apenas as autóctones. Ao mesmo tempo, sublinho a sua preocupação relativamente ao financiamento deste projecto, mas devo dizer que este projecto tem tudo aquilo que deve ser feito num projecto de intervenção florestal, ou seja, considera financiamento para 40 anos; não é um financiamento para o primeiro ano, para se fazer a plantação, isso como dizem os técnicos, representará 10% na melhor das hipóteses, do trabalho que custa a construir uma floresta. Naquilo que tem a ver com o financiamento para esta intervenção, ele está assegurado. No âmbito da campanha de 2020-2021, que está a decorrer, já foram plantadas mais de 300 mil árvores, também já foram contratadas as intervenções da campanha 2021-2022, que considera cerca de 400 mil árvores e até ao final desta primeira fase de intervenção, dos primeiros 7 anos do projecto, serão plantados 1,8 milhões de árvores neste projecto da Floresta da Serra do Açor. Naturalmente que não deixamos de estar atentos às eventuais oportunidades que possam existir, nomeadamente ao nível das áreas integradas da gestão da paisagem, por isso temos vindo a apresentar algumas candidaturas, algumas foram acolhidas outras nem por isso, outras estão ainda em apreciação, mas tem a ver com outras áreas complementares, porque esta, naquilo que tem a ver com os financiamentos, é aquela que não nos preocupa.-----

-----Relativamente à intervenção da senhora deputada Cristina Dias, certamente estaria a falar de uma qualquer outra Assembleia Municipal, não me identifico com adjectivações que aqui utilizou, por isso não me merece tecer qualquer outro comentário.-----

-----Relativamente à intervenção do deputado José Miguel Nunes, o processo de mobilidade eléctrica, como sabe, é um processo que até há pouco tempo esteve centrado num organismo que tinha essa competência, uma espécie de concessão, atribuída por parte do Estado, da marca MOBI.E, que era um organismo que, do ponto de vista do financiamento, demonstrou ao longo dos anos uma grande dificuldade de cumprir aquilo que eram as suas obrigações; devo dizer que relativamente ao posto de carregamento que foi instalado recentemente em frente às instituições bancárias, trata-se de um processo que demorou mais de meia dúzia de



Assembleia Municipal

anos, depois de ser publicado em Diário da República, até ser implementado. Efectivamente há aqui um atraso, uma demora muito grande, mas é uma demora que não se deve ao município. Contudo, também quero dizer que associo-me totalmente à sua preocupação e àquilo que é o desejo de ter estes postos de carregamento, agora claramente com outro pacote, uma vez que durante o período que terminou há pouco tempo, se tratava inclusivamente de zonas de carregamento em que os consumidores não tinham que pagar, e isso alterou-se recentemente e essa alteração veio trazer também para o mercado outros operadores. Naturalmente que faremos esse caminho de reforço dos postos de carregamento eléctricos no concelho.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Vitor Almeida** para referir que “é a primeira vez que estou nesta Assembleia Municipal, para mim é um orgulho, como devem entender; um agradecimento a todos, pela forma como nos têm recebido. Ouvimos agora falar de planos e projectos para o próximo ano, aquilo que é a nossa visão do concelho, mas efectivamente temos aqui um problema, ameaças externas, que não estão no nosso controlo; a maior neste momento é a pandemia, que não acabou; acho que já percebemos que os próximos 15 dias vão ser decisivos para o nosso futuro, há uma série de variantes que estão a ser discutidas e poderão ter um impacto brutal, não só na área da saúde como também na área económica e em todo o planeamento do próximo ano, daí que é um tema que me parece ser muito importante. Só para vos enquadrar, faço parte do Gabinete de Crise da Ordem dos Médicos para o COVID 19, sou Presidente do Colégio de Emergência, e tenho-me dedicado muito a esta causa. Os próximos dias são cruciais, temos que acompanhar isto muito de perto; daí o meu apelo para termos muito cuidado, muita cautela, naquilo que é a nossa avaliação e ter aqui um fluxo de canais de comunicação abertos rapidamente é fundamental. Queria louvar a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia pelo empenho durante esta pandemia, pois sem os Presidentes das Juntas trabalharem como trabalharam, teria morrido muito mais gente; daí que devem perceber que vocês salvaram vidas, a Câmara Municipal salvou vidas, e eu gostava que esta máquina que já se montou nesse sentido, que continuasse e que ainda se aperfeiçoasse mais. Quero também agradecer ao pessoal do Centro de Saúde que tem sido absolutamente indiscutível, os profissionais de saúde têm sido fabulosos e agradecer aos militares e aos profissionais que estão no terreno, que contrastam muito com os ziguezagues políticos do poder central e o que nos tem salvo tem sido o poder local, sem dúvida.-----

----A terceira ameaça é evidentemente a política desastrosa do Ministério da Saúde e a resposta ao COVID tem sido muito heterogénea, muito aos ziguezagues e tenho alguma preocupação que durante esta fase de campanha eleitoral isso possa ser aproveitado também, daí o apelo a todos, todas as bancadas, seja do PSD, ou da Oposição, que este tema do COVID não seja um tema de campanha e que se leve isto com muita seriedade e com pontos de canais de comunicação aberta entre



Assembleia Municipal

todos. Com excepção ao papel que o senhor Secretário de Estado da Saúde, Diogo Serras Lopes, que estimo muito, a restante equipa de liderança do Ministério da Saúde, tem sido um desastre; penso que estamos todos de acordo nesse sentido e isso preocupa-me, o que significa que a Câmara Municipal tem mais responsabilidades ainda em resolver e de forma unida, esta nova luta contra o COVID 19. Pede-se claramente a coesão. Da mesma forma como se pediu aqui hoje transparência e rigor democrático da oposição, eu também gostava que a bancada da oposição aplicasse esse mesmo rigor, naquilo que são as políticas centrais. Temos que ser todos coerentes; exigimos à Câmara Municipal rigor e transparência, acho que todos nós também temos que pedir rigor e transparência ao Poder Central. É fundamental. Nós estamos esquecidos e estamos longe do Poder Central, nunca se esqueçam disso, e se não formos unidos, vamos perder esta guerra. Para concluir, penso que é importante dar as mãos nesta luta e por isso eu gostava de estender a minha mão também à bancada da Oposição, de uma forma muito serena, a todas as forças vivas, para colaborarem nesse sentido, no sentido de fazermos grupos de trabalho para discutir estas questões; que cada um colabore com peritos da sua área, fora das lutas políticas e que façamos disto um factor de coesão de mãos dadas; isso tudo, com alguma humildade, é que vencer com 13 freguesias de 14, pode ser motivo de felicidade para quem venceu, mas obriga-nos a nós também a ter muita humildade; temos de ser humildes; quem vence tem que ser humilde, daí que esta forma um pouco mais dura ou até um pouco apelativa, penso que não se enquadra neste momento. Acho que podemos trabalhar em conjunto e não há necessidade de estarmos aqui num ambiente tenso, entre nós, porque a fase não é de baixar a guarda, neste momento. Fica esta abertura, é um projecto com o qual eu concordo, da Câmara Municipal, são 12 anos para dar fruto, um projecto destes é um projecto a longo prazo que exige 12 anos de empenho e se não formos unidos acho que não vamos conseguir chegar a estas metas que são estratégicas para este concelho.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Fernando Vale** para dizer que “revejo-me muito nesta última intervenção do senhor deputado Vitor Almeida, mas de facto esta abertura que nós temos e que gostaríamos de construir depende muito também da visão que a Câmara Municipal tem, da nossa acção nesta Assembleia; como tal, a bancada do Partido Socialista está totalmente aberta e disponível, aliás, é a nossa obrigação fazê-lo, porque todos nós pugnamos por um concelho de Arganil cada vez mais evoluído e progressista.”-----

-----Quería fazer algumas referências a algumas intervenções que foram aqui realizadas; julgo que o concelho de Arganil, em termos de acessibilidades, é um concelho que está bem servido; podia estar melhor, mas está bem servido e o actual Governo tem feito um esforço, eu não me recordo, sinceramente, de nenhum Governo que tenha realizado um esforço tão grande em diminuir as assimetrias regionais. Julgo que há muito a fazer, a Senhora Ministra da Coesão Territorial tem



Assembleia Municipal

feito um bom trabalho, inclusive foi agraciada com a Medalha de Ouro do Concelho de Arganil, enquanto trabalho realizado como Presidente da CCDRC e, como tal, julgo que é reconhecido o esforço que está a ser realizado. Como tal, como referi, há muito ainda a fazer, muitíssimo a fazer, mas há um problema que é extensível a quase todos os países evoluídos do mundo, nós temos uma população que reside na faixa litoral, 80%, e isto é gritante num país tão pequeno como o nosso, e eu concordo com isso.-----

-----Relativamente às questões que foram colocadas por nós, há uma pergunta à qual o Senhor Presidente não respondeu, relativamente ao processo de construção da área da Paisagem Protegida da Serra do Açor, relativamente à contratação do técnico, se já está contratado ou se irá ser contratado brevemente.-----

-----Também relativamente à evolução do processo do Balcão Único do Prédio, de facto mil georreferenciações é um resultado que está aquém do esperado, e dessa forma propunha ao município de Arganil que fizesse um esforço de alargar informação à população, no sentido de a mobilizar para este importante trabalho que tem que ser feito.-----

-----Tenho aqui algumas questões para colocar; relativamente à avaliação da qualidade do serviço da água, do saneamento e resíduos, que nós consultámos no site da ERSAR, ressalvamos que as fichas de avaliação são de 2019 e temos consciência de que foi realizado trabalho desde essa altura até agora, mas não temos dados mais recentes e é com base nestes dados que faço agora esta intervenção; há uma série de indicadores insatisfatórios nestas fichas de avaliação, que vão desde resposta a reclamação e sugestões à cobertura dos gastos, à resposta a reclamações e sugestões, água não facturada, reabilitação de condutas, ocorrência de avarias em condutas; isto na água. A nível da gestão de resíduos, acessibilidade física do serviço, lavagem de contentores, resposta a reclamações e sugestões, cobertura de gastos, renovação do parque de viaturas, emissão de gases com efeito de estufa, e no que se refere ao sistema de saneamento de águas residuais, também uma série de indicadores com qualidade insatisfatória, como a acessibilidade física ao serviço, através de redes fixas, a resposta a reclamações e sugestões, mais uma vez a cobertura dos gastos, a reabilitação de colectores, e o cumprimento da licença de descarga. E há uma questão que nos preocupa, que são as recomendações que a ERSAR realiza, e que são comuns a todos estes três sistemas e recomenda que a entidade gestora deve promover um esforço de melhoria, particularmente dos indicadores com avaliação insatisfatória e uma outra recomendação, que tem a ver com o dever de adoptar procedimentos para aumentar a fiabilidade da informação reportada. Relativamente à cobertura dos gastos que é de 84% em 2019, relativamente ao abastecimento de água, de 84% relativamente à gestão de resíduos e de 80% relativamente ao sistema de saneamento de águas residuais, nós gostaríamos de saber o que está a ser feito no sentido de colmatar estas falhas que são indicadas pela ERSAR, no sentido de elevar a qualidade destes indicadores.-----



Assembleia Municipal

-----Tinha aqui mais algumas questões relativamente a Etares; os habitantes de Vilarinho do Alva referem-nos que esta ETAR não é alvo de manutenção desde 2017, estando neste momento a esgotar para uma linha de água; todos os poços nas proximidades da ETAR estão contaminados e o caminho para a ETAR encontra-se completamente inacessível por falta de limpeza. Gostaria de saber se o Senhor Presidente tem conhecimento desta situação. Há outras situações que também merecem a atenção do município e refiro-me a Côja; durante o Verão a ETAR de Côja realizou várias rejeições documentadas, de águas residuais poucos metros a jusante de uma praia com bandeira azul; também gostaria de saber se o Senhor Presidente tem conhecimento desta situação. Em Côja, por várias vezes, verifiquei, pessoalmente, massas de espuma a flutuar no Rio Alva, julgando ser necessário verificar a sua origem e também durante as primeiras chuvas, em que o caudal do Rio Alva aumentou consideravelmente, também se verificou uma descarga, a montante de Côja. Perguntar também ao Senhor Presidente como está o funcionamento da ETAR de Pomares.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para referir que “como sabem, este período cinge-se a 60 minutos; eu agradecia que em termos futuros, cada uma das bancadas, gerisse o seu tempo, de maneira a cumprirmos o Regimento, porque estamos no período de Antes da Ordem do Dia que já nos leva cerca de duas horas, e depois no período da Ordem do Dia, que é um período importante, temos que avançar muito rapidamente. Obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para dizer “ao Senhor Presidente que não me respondeu a nada do que perguntei, ou então fui eu que fui pouco explícito na minha intervenção; eu não estou contra os muros nem contra a construção na Quinta do Dr. Urbano; acho que fui claro naquilo que disse. Eu estou é contra a forma como aquilo vai contra a paisagem que existe da Serra do Açor. E muito bem disse quando foi construído o muro em Vila Cova, mas lá fizeram uma coisa, que foi pintá-lo de acordo com a aldeia de xisto que é Vila Cova. E uma coisa muito importante que queria que me respondesse, é o que é que vão fazer àquele edifício que está na Quinta do Dr. Urbano, que nem sequer tocou nesse assunto. Obrigado.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “relativamente às questões do senhor deputado Fernando Vale, lamento por não ter ficado claro na minha anterior intervenção, pois presumi que ainda tivesse presente o Protocolo que foi aprovado em sede de reunião de Câmara, no mandato anterior. A questão da contratação do técnico ficou adstrita à entidade com quem foi celebrado o Protocolo, protocolo esse que foi celebrado mediante a anuência do Fundo Ambiental e do ICNF. A contratação do técnico, que aconteceu entretanto, foi através da Associação de Produtores Florestais, mas no âmbito do Protocolo que aprovámos no anterior



Assembleia Municipal

mandato, em sede de reunião de Câmara. Relativamente à questão do EBUPI, do cadastro, sabemos bem que o desafio é enorme e por isso, como referi e sublinhei, a expectativa que colocamos é no trabalho de campo porque também reconhecemos que no nosso território, com a pulverização de propriedades que existe, em que muitas vezes os próprios proprietários já não sabem muito bem onde é que estão os limites, os marcos, este processo complica-se ainda mais, particularmente, quando é à frente de um computador, em que boa parte dos nossos concidadãos não estão à vontade para conseguir fazer a sinalização dos limites das suas propriedades. É com a conclusão da contratação do trabalho de campo e estamos a falar de equipas muito robustas, no caso do nosso concelho deverá contar entre 4 a 6 técnicos no terreno, em permanência, e esse trabalho de campo é determinante para podermos cumprir aquilo que foi o objectivo assumido através da candidatura da CIM, que é desejavelmente pelo menos 60% das matrizes cadastradas. Relativamente aos vários aspectos que abordou acerca da qualidade da água, naturalmente que quando registamos um mandato, como foi o anterior, com o maior volume de investimento público de sempre, nestas áreas, naturalmente que isto tem muito a ver com o reconhecer que se tratam de sectores que precisam de investimento; 12 milhões de euros é muito dinheiro para a nossa realidade e só aconteceram efectivamente porque estes sistemas, boa parte deles, ou maioritariamente, estavam “maduros” há muito tempo, há muitas décadas e o investimento era estritamente necessário. Presumo e é a expectativa que tenho, que os dados mais recentes já terão reflexo desse investimento que se fez. Naquilo que já tivemos também que fazer, do ponto de vista da avaliação do período que temos que apresentar à ERSAR, e naquilo que tem a ver com a cobertura de custos, aprovámos aqui em tempos uma actualização tarifária e fizemo-lo numa perspectiva de grande responsabilidade democrática; se a memória não me falha, esses Regulamentos até foram aprovados por unanimidade, quer em sede de reunião de Câmara, quer em sede da Assembleia Municipal, o que demonstra um espírito de participação relativamente às soluções para esta área. Neste momento nós teremos os gastos com a cobertura já muito próxima de 100%; ainda não se pode garantir que esse nível de cobertura já se registou, mas há um objectivo que nós contratualizámos inclusivamente nos financiamentos que obtivemos no âmbito do POSEUR, obter um nível de cobertura de gastos pelo menos superior a 90% e esse está neste momento a ser acautelado. Como deverá reconhecer, esta questão das recomendações da ERSAR são matéria que seguimos com muita acuidade.-----

-----Relativamente aos vários apontamentos que fez, alguns conheço-os melhor, outros nem por isso, mas naquilo que tem a ver em concreto com o funcionamento da ETAR de Vilarinho do Alva foi-me transmitido que existiriam alguns problemas, a sinalização que nos foi apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira e portanto articulei com os serviços; não consigo fazer-lhe um ponto da situação, se já houve alguma intervenção, alguma solução implementada, mas se ainda não o foi, haverá de ser em breve. Relativamente às Etares de Côja e



Assembleia Municipal

Pomares, são equipamentos que estão na alçada da Águas do Centro Litoral. Relativamente à ETAR de Côja, o processo de rejeição do efluente no domínio hídrico é o normal em qualquer ETAR; isso não tem mal nenhum desde que o efluente esteja devidamente tratado, e nós pagamos, nós município e os munícipes, umas largas dezenas de milhares de euros para que esse serviço de tratamento do efluente seja garantido pelo concessionário, neste caso a Águas do Centro Litoral. Devo dizer-lhe que eu próprio, na altura do Verão, tive oportunidade de estar junto do sítio da zona da rejeição das águas e também, pessoalmente, me pareceram de tonalidade um bocado estranha. Nós próprios, depois, apesar de não ser nossa obrigação, desencadeámos uma verificação laboratorial e naquela data, mais ou menos em meados de Agosto, os parâmetros não estavam a ser cumpridos, mas volto a dizer que nós pagamos para ser cumprido em condições e essa sinalização foi feita em devido tempo à Águas do Centro Litoral, o presidente reconheceu que havia intervenções que necessitavam de ser executadas, que estariam em processo de contratação.”-----

ORDEM DO DIA

-----**PRIMEIRO:** Apreciação e votação da **Acta nº 5**, realizada na Sessão Ordinária do dia **11 de Outubro de 2021**.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor e duas abstenções, aprovar a acta nº 5, da sessão ordinária realizada no dia 11 de Outubro de 2021.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SEGUNDO:** Apreciação e votação da proposta do **Regimento da Assembleia Municipal**, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 26º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação.-----

-----Presente a proposta do Regimento da Assembleia Municipal em apreço, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para referir que “procurámos fazer um trabalho de rectificação e há somente dois pontos que foram rectificadas, que dizem respeito ao artigo 19º do Regimento anterior, página 11, números 3 e 4, em que o Presidente da Câmara dispunha de 15 e de 30 minutos,



Assembleia Municipal

respectivamente, mas havia uma discrepância com os Anexos I e II, que mencionavam 20 e 40 minutos, respectivamente; o que fizemos foi ajustar os textos dos artigos com os dos anexos. A outra alteração feita foi o ajustamento dos tempos de que dispõe cada um dos grupos parlamentares, em função do número de deputados eleitos nas últimas eleições.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Érica Castanheira** para esclarecer que “a bancada do PSD tem 70 minutos, a bancada do PS 28 minutos, a bancada da CDU tem 8 minutos e os Independentes têm 14 minutos; o executivo, na pessoa do Senhor Presidente, tem 40 minutos. Estes tempos que eu referi têm a ver com a discussão dos documentos previsionais, integrados no período da Ordem do Dia. O período da Ordem do Dia propriamente dito, tem a duração de 60 minutos.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, aprovar o Regimento da Assembleia Municipal para o mandato de 2021-2025.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**TERCEIRO: Acidentes Pessoais dos Eleitos Locais.** Fixação de valores e actualização dos elementos seguros, nos termos do artigo 17º do Estatuto dos Eleitos Locais, aprovado pela Lei nº 29/87, de 30 de Junho, na actual redação.-----

-----Presente a informação técnica INF/DAGF/299/2021, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Sr. Presidente-----

-----Considerando que, dispõe o Estatuto dos Eleitos Locais, aprovado pela Lei n.º 29/87, de 30 de Junho, com ulteriores alterações, no n.º1 do seu art.º 17.º que “os membros de órgãos autárquicos têm direito a um seguro de acidentes pessoais mediante deliberação do respetivo órgão, que fixará o valor”;-----

-----Considerando que, de acordo com o n.º2 do citado normativo legal, “Para os membros dos órgãos executivos em regime de permanência, o valor do seguro não pode ser inferior a 50 vezes a respetiva remuneração mensal”;-----

-----Considerando que, os encargos com o referido seguro são suportados pelo orçamento da Autarquia, conforme disposto no n.º 1 do artigo 24.º;-----

-----Considerando ainda que, atualmente o Município dispõe de uma apólice de seguro de acidentes pessoais, para todos os autarcas da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, com coberturas iguais para os todos seus membros, (Presidente, Vereadores em regime de permanência, vereadores a meio tempo, vereadores com presença apenas nas reuniões de câmara e membros da Assembleia Municipal) com os seguintes capitais:-----

-----Morte ou invalidez Permanente: 250.000,00€-----

-----Incapacidade temporária (dia): 150,00€-----



Assembleia Municipal

-----Despesas de tratamento e Repatriamento: 15.000,00€-----
setembro, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, passaram a ter desde o
passado dia 11 de outubro uma nova composição.-----

-----Propõe-se a V.^a Ex.^a, em cumprimento do disposto no n.º1 do art.º 17.º do já
referido estatuto dos eleitos locais, o seguinte:-----

-----1) Remeter a presente proposta à Câmara Municipal, para que esta delibere
aprovar, para o presente mandato, os seguintes valores para o seguro de acidentes
pessoais dos seus membros (7):-----

---a) Morte ou invalidez Permanente: 250.000,00€-----

---b) Incapacidade temporária (dia): 150,00€-----

---c) Despesas de tratamento e Repatriamento: 15.000,00€-----

-----2) Remeter a presente proposta à Assembleia Municipal, para que esta delibere
aprovar, para o presente mandato, os seguintes valores para o seguro de acidentes
pessoais dos seus membros (35).-----

---a) Morte ou invalidez Permanente: 250.000,00€-----

---b) Incapacidade temporária (dia): 150,00€-----

---c) Despesas de tratamento e Repatriamento: 15.000,00€-----

-----À Consideração Superior,-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para explicar que “trata-se de
uma actualização decorrente do acto eleitoral e aquilo que se fixa aqui são as
condições para este seguro de acidentes pessoais dos eleitos locais, que são iguais
para todos os membros da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, e de acordo
com a informação técnica INF/DAGF/299/2021, aprovar os seguintes valores para o
seguro de acidentes pessoais dos seus membros, no mandato de 2021-2025:-----

-----Morte ou Invalidez Permanente: 250.000,00€;-----

-----Incapacidade temporária (dia): 150,00€;-----

-----Despesas de Tratamento e Repatriamento: 15.000,00€-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta,
nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**O senhor deputado Luis Miguel Marques Fontinha saiu da sala de
reuniões, deixando de participar nos trabalhos.**-----

-----**QUARTO: Designação de dois cidadãos eleitores para integrar a Comissão
de Protecção de Crianças e Jovens de Arganil (CPCJ) (alargada)**, nos termos da
alínea I) do nº 1 do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, na actual
redacção.-----



Assembleia Municipal

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que foi apresentada uma proposta da bancada do Partido Socialista, designada de Lista A, com os nomes de Cristina Maria Almeida Jorge Figueiredo e Tyoga Shylo Norma Macdonald.-----

-----A Assembleia Municipal, após votação por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 30 votos a favor e 4 votos em branco, designar as cidadãs eleitoras Cristina Maria Almeida Jorge Figueiredo e Tyoga Shylo Norma Macdonald para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Arganil (CPCJ) (alargada).-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**QUINTO: Eleição de um membro da Assembleia Municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal, para integrar o Conselho Municipal da Juventude de Arganil**, nos termos da alínea b) do artigo 4º da Lei nº 8/2009, de 18 de Fevereiro, na actual redação.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que foi apresentada uma proposta conjunta de todas as bancadas, designada de Lista A, com os seguintes nomes:-----

-----Efectivos: José Miguel Nunes Duarte Marques; Rodrigo Fernando Gouveia Oliveira e Dora Sofia Lopes Lemos.-----

-----Suplentes: Ricardo Manuel do Amaral Pereira e Mário Jorge de Sousa Henriques.-----

-----A Assembleia Municipal, após votação por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 29 votos a favor, 4 votos em branco e 1 voto nulo, eleger os seguintes membros para integrarem o Conselho Municipal da Juventude:-----

-----Efectivos:-----

-----José Miguel Nunes Duarte Marques (PSD);-----

-----Rodrigo Fernando Gouveia Oliveira (PS);-----

-----Dora Sofia Lopes Lemos (CDU);-----

-----Suplentes:-----

-----Ricardo Manuel do Amaral Pereira (PSD);-----

-----Mário Jorge de Sousa Henriques (PS).-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SEXTO: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Juntas de Freguesia do concelho, para integrar o Conselho**



Assembleia Municipal

Municipal de Educação, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 57º do DL nº 21/2019, de 30 de Janeiro, na actual redação.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que foi apresentada uma proposta pela bancada do Partido Social Democrata, designada de Lista A, com o nome de Pedro Alexandre Pinto Alves.-----

-----A Assembleia Municipal, após votação por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 30 votos a favor e 4 votos em branco, eleger o Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, Pedro Alexandre Pinto Alves, para integrar o Conselho Municipal de Educação, em representação das Juntas de Freguesia do concelho.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SÉTIMO: Eleição de um representante da Assembleia Municipal para o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte**, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 31º do DL nº 28/2008, de 22 de Fevereiro, na actual redação.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que foi apresentada uma proposta pela bancada do Partido Social Democrata, designada de Lista A, com o nome de Vitor Manuel Lopes Fernandes Almeida.-----

-----A Assembleia Municipal, após votação por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 30 votos a favor e 4 votos em branco, eleger o membro da Assembleia Municipal Vitor Manuel Lopes Fernandes Almeida, como representante no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**OITAVO: Designação de até dois representantes das Freguesias do concelho para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais**, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 29º do DL nº 82/2021, de 13 de Outubro.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que foi apresentada uma proposta da bancada do PSD, designada de Lista A, com os nomes do Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira e do Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa e uma proposta da bancada do PS, designada de Lista B, com o nome do Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz.-----

-----Foi feita votação por escrutínio secreto, tendo sido apurados os seguintes resultados:-----



Assembleia Municipal

-----Lista A: 25 votos.-----

-----Lista B: 9 votos.-----

-----A Assembleia Municipal, após votação por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 25 votos a favor e 9 votos contra, designar para integrarem a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais os seguintes Presidentes de Juntas de Freguesia, em representação das freguesias do concelho:-----

-----Efectivo:-----

-----José António Gomes Costa, Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira.-----

-----Suplente:-----

-----Paulo Jorge Marques Carneiro, Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**NONO: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia representante das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal**, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 157º do DL nº 202/2004, de 18 de Agosto, na sua actual redação.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que foi apresentada uma proposta pela bancada do Partido Social Democrata, designada de Lista A, com o nome de José António Gomes Costa, Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira.-----

-----A Assembleia Municipal, após votação por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 28 votos a favor, 5 votos em branco e 1 voto nulo, eleger o Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa, como representante das Juntas de Freguesia do concelho, para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia representante das Juntas de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Protecção Civil**, nos termos da alínea i) do artigo 41º da Lei nº 27/2006, de 3 de Julho, na actual redação.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que foi apresentada uma proposta pela bancada do Partido Social Democrata, designada de Lista A, com o



Assembleia Municipal

nome de João Manuel Marques Tavares, Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva.-----

-----A Assembleia Municipal, após votação por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 25 votos a favor, 7 votos em branco e 2 votos contra, eleger o Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, João Manuel Marques Tavares, como representante das Juntas de Freguesia do concelho, para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO PRIMEIRO:** Apreciação e votação da **Adenda ao Contrato Programa nº 06/2020 e da Segunda Adenda ao Contrato Programa nº 16/2020, celebrados com a Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça**, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação.-----

-----Presentes as Adendas em apreço, que se dão por reproduzidas, para todos os efeitos legais e cujas cópias se anexam à acta.-----

-----Presente ainda a informação técnica INF/DAGFSF/88/2021, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente, -----

-----Em coerência com o solicitado e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o novo regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, cabe atualmente à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações). -----

-----Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a forma de apoio às freguesias e União de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.ª Ex.ª para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, o seguinte: -----

----- • Minuta de adenda ao contrato programa n.º 6/2020 celebrado com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça, o qual foi aprovado sob proposta da Câmara Municipal em sua reunião de 3 de fevereiro de 2020, com a deliberação da Assembleia Municipal tomada em sessão de 15 de fevereiro de 2020, no montante de 12.500,00€ (doze mil e quinhentos euros), com o objeto de apoio à execução dos trabalhos de “Requalificação e modernização das instalações do rés-do-chão do edifício Sede da



Assembleia Municipal

Junta de Freguesia.” Anexo minuta da adenda ao contrato programa n.º 6/2020, cujo objeto se mantém no apoio à execução dos trabalhos de “Requalificação e modernização das instalações do rés-do-chão do edifício Sede da Junta de Freguesia”, passando a comparticipação financeira a prestar pelo Município de Arganil à Freguesia de S. Martinho da Cortiça para apoio ao cumprimento deste objeto, a corresponder a 20.889,00€ (vinte mil oitocentos e oitenta e nove euros); -----

----- • Minuta de adenda ao contrato programa n.º 16/2020 celebrado com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça, o qual foi aprovado sob proposta da Câmara Municipal em sua reunião de 21 de abril de 2020, com a deliberação da Assembleia Municipal tomada em sessão de 25 de abril de 2020, no montante de 17.500,00€ (dezassete mil e quinhentos euros), com o objeto de apoio à execução dos trabalhos de “Manutenção e reparação das bocas de incêndio da freguesia de S. Martinho da Cortiça. Foi efetuada uma adenda ao Contrato Programa 16/2020 a qual foi aprovada sob proposta da Câmara Municipal em sua reunião de 25 de maio de 2021, com a deliberação da Assembleia Municipal tomada em sessão de 19 de junho de 2021 que alterou o objeto deste Contrato Programa para “Manutenção e reparação das bocas de incêndio da freguesia de S. Martinho da Cortiça e aquisição de kits de incêndio a aplicar nas aldeias da freguesia.” -----

-----Anexo minuta da adenda ao contrato programa n.º 16/2020, cujo objeto se mantém no apoio à execução dos trabalhos de “Manutenção e reparação das bocas de incêndio da freguesia de S. Martinho da Cortiça e aquisição de kits de incêndio a aplicar nas aldeias da freguesia”, passando a comparticipação financeira a prestar pelo Município de Arganil à Freguesia de S. Martinho da Cortiça para apoio ao cumprimento deste objeto, a corresponder a 9.111,00€ (nove mil cento e onze euros). Anexo as minutas das Adendas aos contratos programa. -----

-----À Consideração Superior. -----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para explicar que “a freguesia de S. Martinho da Cortiça solicita aqui a passagem de um reforço de 8.399,00€ no Contrato Programa 6/2020, mantendo-se o mesmo objecto e solicita que esse reforço seja compensado com a redução, no mesmo montante, em relação ao Contrato Programa n.º 16/2020, que mantém também o mesmo objecto. Há aqui uma gralha, na medida em que estão aqui 10 euros de diferença; pedia que onde está o reforço para 20.899,00€ que considerassem 20.889,00€.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, aprovar a Adenda ao Contrato Programa n.º 06/2020 e a Segunda Adenda ao Contrato Programa n.º 16/2020, celebrados com a Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs, uma vez que o PPI é indissociável do Orçamento da Receita e Despesa, que a discussão prévia dos pontos décimo segundo ao décimo quinto fosse feita em conjunto, e no fim far-se-ia a votação em separado, como é obrigatório, tendo a proposta sido aceite por todos os deputados.-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “vou tentar fazer uma apresentação tão sucinta e rápida quanto possível, reconhecendo e sublinhando que se trata de um dos momentos e um dos documentos mais importantes para a vida do município e, ao mesmo tempo, e relativamente a este assunto, que já mereceu também uma concordância em sede de reunião de Câmara, relativamente à necessidade de as bancadas, quer a do PSD, quer a do PS, poderem dispor de um tempo mais dilatado para poderem analisar estes documentos. Ainda assim, e para poder fazer um enquadramento genérico do Orçamento e das Opções do Plano, permitia-me sublinhar os principais tópicos, os principais aspectos que integram este documento.-----

-----Quero sublinhar que se trata de um Orçamento de continuidade, continuidade no investimento que temos vindo a concretizar para o desenvolvimento do concelho e para a criação de oportunidades no território; isso reflecte-se nos números, um orçamento que integra um valor superior a 24 milhões de euros e queria sublinhar de uma forma muito clara que esta grandeza só é atingível, só é conseguida ou só pode ser conseguida se as expectativas que temos em relação aos financiamentos comunitários forem bem sucedidas. A história relativamente a esta temática não é recente, já o disse aqui provavelmente algumas muitas vezes que municípios com as características do de Arganil, se não tiverem capacidade de aceder a fundos comunitários, aceder aos financiamentos, a projectos, os poucos que estão disponíveis também a nível da Administração Central, aquilo que são as suas receitas próprias não dão grande margem para fazer grandes investimentos. Naturalmente que, tal como fizemos nos últimos 4 anos, aliás, como vínhamos a fazer também já anteriormente, mas com especial dimensão no mandato anterior, continuaremos muito apostados nestas participações, nestes projectos com financiamento de fundos comunitários porque como acabei de dizer, são eles que nos permitem multiplicar às vezes por três, às vezes por quatro, aquilo que são os poucos meios que o município tem ao seu dispor.-----

-----Não posso, contudo, pela sua dimensão, deixar de relevar algumas áreas em que este investimento é mais expressivo, desde logo nas áreas do Desporto, Recreio e Lazer, em que me permito destacar a intervenção no Parque Municipal de Campismo no Sarzedo e a Reabilitação do Alargamento da Rede de Praias Fluviais e Zonas Balneares do concelho, bem como a criação de Percursos Cicláveis, nomeadamente entre o centro da vila de Arganil e Secarias e entre o centro da vila



Assembleia Municipal

de Arganil e Maladão, com uma variante ao Sarzedo. Como disse já por várias vezes, particularmente neste último projecto, é candidato a comparticipação de fundos comunitários e fica aqui desde logo um bom exemplo da necessidade de podermos aceder aos fundos comunitários para poder alavancar estes investimentos.-----

-----No que diz respeito a equipamentos públicos também não posso deixar de destacar a intervenção prevista para o Mercado Municipal de Arganil, neste caso já com uma candidatura aprovada. Ao nível da Protecção Civil, destacar o investimento relacionado com a instalação do Centro Municipal de Protecção Civil, também uma candidatura aprovada há relativamente pouco tempo e cuja empreitada está neste momento em fase de contratação; continuamos, como não poderia deixar de ser, a apoiar as corporações concelhias de bombeiros e particularmente as equipas de intervenção permanente. Um esforço também grande ao nível da implementação das faixas da gestão de combustíveis, e também uma referência a projectos a que temos vindo a candidatar, particularmente ao Fundo Ambiental, nomeadamente o combate à erva das pampas, e um outro projecto já aqui falado no período Antes da Ordem do Dia, dos Condomínios de Aldeia, particularmente nas aldeias de Enxudro e Relva Velha.-----

-----Ao nível do Ordenamento do Território, destacar a intervenção ao nível da reabilitação da Galeria Hidráulica da Ribeira de Amandos, um investimento superior a um milhão e meio de euros, cujo processo está em fase de conclusão, e falo mesmo em contratação; assinámos recentemente o Protocolo de financiamento no âmbito do programa comunitário REACTE, ou seja assistência de recuperação para coesão e os territórios da europa, e estamos nesta fase a submeter o processo depois de termos assinado o protocolo, ao Tribunal de Contas, para obtenção do respectivo visto. Relembrar a alguns e dizer a outros que não estiveram na anterior Assembleia Municipal, que para além daquilo que tem a ver com a reabilitação da Galeria Hidráulica da Ribeira de Amandos, está também prevista a reabilitação de todo o espaço público confinante, no âmbito da candidatura da regeneração urbana. Fazer também uma referência a outra pretensão, que já discutimos aqui por várias vezes, e refiro-me em concreto ao largo da aldeia histórica do Piódão, processo que tem andado mais devagar do que gostaríamos, e também os trabalhos relacionados com a requalificação de espaços públicos nas aldeias de xisto da Benfeita e de Vila Cova de Alva; no caso de Vila Cova de Alva já concretizado, através da intervenção no Arco Triunfal da Igreja Matriz, um financiamento no âmbito do Programa Valorizar do Turismo de Portugal e através das Aldeias do Xisto e temos aqui também considerado, com alguma expectativa, relativamente ao mecanismo de financiamento, o Teatro Alves Coelho, com uma relevância orçamental significativa, na ordem dos 4 milhões de euros.-----

-----Ao nível do Turismo e da Cultura não posso deixar de destacar os projectos que temos para a valorização e conservação do património natural da Peneda da Talhada, bem como a melhoria das condições e acessibilidade à Fraga da Pena,



Assembleia Municipal

para permitir o acesso a pessoas com mobilidade condicionada. Temos também em fase de conclusão o projecto para a ponte suspensa de Foz d'Égua e temos um outro projecto muito determinante que também foi submetido a candidatura no final de Abril, o Projecto de Valorização do Acampamento Romano da Lomba do Canho. Relativamente a este último projecto, o sucesso do mesmo está dependente do processo de classificação da Lomba do Canho como Monumento Nacional; é pré requisito que pelo menos o início do processo de classificação como monumento nacional esteja desencadeado para estas candidaturas poderem ser apreciadas e poderem ter viabilidade; significa este requisito que fizemos, como era nossa obrigação, a devida articulação com a Direção Regional da Cultura do Centro e contamos, até meados do mês de Dezembro, ter condições para este processo ser remetido pela DRCC ao organismo competente para o reconhecimento para atribuição deste novo monumento nacional que esperamos ter no concelho. Volto a dizer que o início desse processo de classificação é pré requisito para esta candidatura poder vir a ser bem sucedida. Uma nota também muito rápida relativamente à instalação do núcleo de Arte Sacra em Arganil, na Capela do Senhor da Agonia; trata-se de uma candidatura que temos já aprovada, estamos neste momento em fase de desenvolvimento do projecto de execução e também ao nível da reabilitação do Núcleo Museológico do Piódão, estamos também já em fase de contratação. Uma nota também muito rápida relativamente à área da Educação e assumimos aqui com risco, que é calculado, mas assumimos aqui o risco de requalificação, modernização e ampliação da Escola Secundária de Arganil; como sabeis trata-se de um equipamento que é do Ministério da Educação, que é da sua responsabilidade, e que necessita de obras já há muitos anos. Aquilo que temos neste momento articulado, particularmente com a Secretaria de Estado da Educação, é uma tentativa de viabilizar uma candidatura para esta intervenção, que também foi submetida e, se vier a merecer financiamento, o município assumirá o papel de dono de obra para concretizar esta intervenção.-----

-----Uma referência também aos projectos intermunicipais, desde logo, que é muito importante nesta área da educação ao nível das crianças e jovens, o Plano Intermunicipal de Prevenção do Abandono Escolar e de Promoção do Sucesso Educativo. Ao nível do Ambiente, pese embora o volume de investimento que foi concretizado nos últimos 4 anos, sabemos que há ainda muito trabalho para realizar ao nível da renovação dos Sistemas de Abastecimento de Água, ao nível do aumento da capacidade de captação e da reserva de água para consumo, ao nível da melhoria da rede de saneamento, ao nível das alterações relacionadas com a recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos e continuamos também a apostar e a investir de uma forma determinada nesta área do Ambiente. Uma nota também à área social, para além daquilo que tem a ver com os vários apoios definidos e que estão em vigor, destacar o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração da População Migrante, também um investimento significativo para incorporar esta estratégia de acolhimento dos cidadãos que escolhem o nosso concelho para viver.--



Assembleia Municipal

-----Mantemos também uma aposta na Requalificação da Rede Viária Municipal, que nos últimos 4 anos mereceu um investimento superior a 7 milhões de euros mas que ainda assim continua, em algumas freguesias, com problemas por resolver e naturalmente que é nosso compromisso darmos passos firmes para ultrapassar estes problemas.-----

-----Uma nota relativamente à Relvinha, na área do Desenvolvimento Económico, e a conclusão do processo de Ampliação da Zona Industrial da Relvinha, e a este respeito, actualizar a informação, dizendo que estamos em fase de criação dos lotes, do ponto de vista formal, na Conservatória e nas Finanças, e estamos a aguardar a ligação da rede eléctrica para podermos dar por concluída a criação do loteamento e podermos avançar para a promoção e para a comercialização dos lotes industriais que estamos a criar.-----

-----Para terminar, uma nota relativamente àquilo que é a estabilidade fiscal que temos no concelho, mantendo a taxa do IMI no seu intervalo mínimo, a devolução aos munícipes dos 5% de IRS a que o município teria direito e a isenção da taxa de Derrama para as empresas; mantemos uma aposta grande em afirmar o nosso município como um concelho amigo das famílias, amigo das empresas, para ser atractivo para viver, investir, e visitar.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para referir que “hoje somos chamados a votar mais um orçamento municipal. O primeiro orçamento deste mandato. Faço duas notas prévias que julgo adequadas para o devido enquadramento desta proposta de orçamento. Com a pandemia da Covid-19 a voltar a lembrar-nos nos últimos dias que é um problema que está longe de ser resolvido, não é expectável que o tão desejado ano sem “incidentes” seja 2022. A instabilidade vivida no panorama político nacional em nada ajuda à criação da necessária e desejada estabilidade que a recuperação de uma economia absolutamente diminuída pelo impacto da pandemia impõe.-----

-----A definição de um orçamento é na prática a gestão de expectativas e essas expectativas assumem um maior grau de incerteza quando vivemos tempos anormalmente instáveis como os que vivemos actualmente, muito por culpa dos temas que acabei de referir. Ainda assim impõe-se a necessidade de se ser tão assertivo quanto possível. Simultaneamente essas expectativas devem naturalmente ter correspondência com o que eleitoralmente foi sufragado pelos Arganilenses. São eles quem com o seu voto definem quem tem legitimidade para executar e que futuramente novamente pelo seu voto avaliarão o executado e nesta proposta de orçamento fica evidente que o executivo não esqueceu os compromissos recentemente assumidos com todos os munícipes.-----

-----Num processo de superação continuada, este orçamento tem à partida a árdua tarefa de suceder a um conjunto de orçamentos que se traduziram no mandato de maior investimento público de sempre no nosso território. Dando prova que



Assembleia Municipal

reconhece haver ainda muito trabalho a fazer este executivo apresenta-nos o orçamento para 2022 com um valor superior a 24 milhões de euros.-----

-----No que ao orçamento em concreto diz respeito, não vou detalhar a minha análise. Acho que a documentação distribuída é detalhada o suficiente, e mais que isso, considero que o resumo apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara na nota de abertura bem como parte da intervenção do colega deputado José Miguel Marques no período antes da ordem do dia elucidam bem o propósito e os objectivos deste orçamento.-----

-----Com a definição de eixos prioritários que assentam na continuidade das políticas iniciadas no mandato anterior, mantém-se evidente a estratégia de pensar o concelho a médio prazo, não se limitando a políticas de medidas diárias avulsas, implementando continuamente medidas de fundo na procura da melhoria estrutural do nosso concelho para que este se torne cada vez mais uma referência, e vou usar mais uma vez o slogan, para viver, visitar e investir. É minha opinião convicta que em breve Arganil começará a colher os frutos dos muito significativos investimentos que o município realizou e está a realizar. E é minha opinião convicta não apenas pela envolvimento que tenho com este território. É-a também pela partilha de opinião que recebo de várias pessoas de fora do concelho e que se apercebem da evolução que Arganil está a ter em todos os sectores, mas fruto da minha actividade, em particular a aposta feita para promoção do desenvolvimento económico.-----

-----No contexto da gestão municipal a receita a considerar para a elaboração do orçamento está dependente em grande parte, para não dizer na totalidade, da capacidade de obter receita das duas principais fontes de financiamento que um município poder ter. O estado central e os fundos comunitários. Faço esta referência também por dois motivos. O primeiro para dar nota de algum espanto ao perceber que o que se perspectiva, e que está vertido neste orçamento, é uma redução de cerca 600 mil euros nas transferências do orçamento do estado para o município de Arganil, cerca de 8% menos, o que por si só seria negativo, mas que assume particular significado quando ainda nos encontramos a lutar contra uma pandemia e em que há encargos directos que resultam desse combate e que impos no passado e poderá vir a impor novamente custos adicionais sobre o município como foi, a título de exemplo o centro de vacinação. Pego também neste valor para o usar como comparação com aquilo que os vereadores da oposição classificaram como crescimento homólogo pouco ambicioso na sua declaração de voto em sede de reunião de câmara. Se o aumento em 4% da proposta de orçamento municipal é pouco ambicioso, como é que classificariam a redução de 8% na proposta do orçamento do estado dos valores a transferir para o município de Arganil? Uma ajuda na construção de um orçamento mais robusto para o nosso município não será certamente.-----

-----Relativamente aos fundos comunitários, que se tornam cada vez mais a forma de promover investimento nos municípios, é fundamental perceber se existirá a tão



Assembleia Municipal

apregoadas, em termos eleitorais pelo nosso primeiro-ministro Dr. António Costa, celeridade na disponibilização real dos mesmos e se estes chegam de forma justa a quem realmente os pode aplicar devidamente no terreno. Aqui, em Arganil, acredito que sim, e justifico porquê. Não é que tenha particular confiança na gestão realizada até ao momento pela governação socialista deste dossier, mas porque confio bastante na capacidade do Dr. Luís Paulo Costa, na sua veracidade e nos técnicos do Município de Arganil no que à captação de fundos comunitários diz respeito. O mandato anterior foi exemplar a este respeito e acredito que de igual forma este também o vá ser. Por esta via a obra do teatro Maestro Alves Coelho virá a ser certamente uma realidade, entre outras, e veremos depois se a inauguração acontece antes, durante ou depois da comemoração dos 50 anos do 25 de Abril.-----
-----Dr. Luís Paulo Costa, no mandato que terminou mostrou-nos continuada capacidade para elevar a fasquia a cada ano, fazendo parecer um orçamento de 24 milhões de € algo normal para um município da dimensão de Arganil. Talvez os mais atentos saibam que não o é, de todo. Não necessitamos de recuar muitos anos para encontrar propostas de orçamento do nosso município de pouco mais de metade dos valores agora propostos. Mas como diz o ditado, águas passadas não movem moinhos, e nós precisamos do moinho a trabalhar em pleno, Senhor Presidente, senhores vereadores, superem-se e executem no nosso território cada cêntimo que consigam desta proposta de orçamento. Onde a nossa oposição vê 13 motivos para chumbar este orçamento, eu vejo bastante mais motivos para o aprovar. E esta será a leitura da maioria, certamente. Que se execute. Obrigado.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Dora Lemos** para referir que “o Orçamento e as Grandes Opções do Plano são documentos essenciais à vida do município e dos munícipes e devem ser analisados com a máxima rigor e responsabilidade; neste sentido, é de lamentar que não tenham sido disponibilizados em tempo útil e razoável a todos os membros da Assembleia, para que pudéssemos apresentar contributos de forma a melhorar os documentos e cumprirmos a nossa missão como representantes dos cidadãos na vida democrática do município. Os documentos apresentados destacam muitas ausências preocupantes, por exemplo não vemos traduzidos nos documentos um projecto responsável e estruturante na prevenção dos incêndios rurais, protecção da população da floresta e da vida animal, que envolva todas as freguesias.-----

-----O que é apresentado parece-nos claramente insuficiente. Não vemos um plano estratégico e consistente para atrair empresas e investimento para o nosso município, de forma a gerar emprego e desenvolver a economia local. Não vemos incentivo à fixação dos jovens e à constituição das respectivas famílias no nosso território. Não vemos ideias expressas nos documentos para evitar que continuemos a perder população, que é um facto. Não existe qualquer verba atribuída à agricultura e pecuária nomeadamente à agricultura familiar, que tem sido uma forma de sustento, devido à falta de mobilidade e emprego. Estas famílias precisam de



Assembleia Municipal

locais para escoar os seus produtos de forma a criar algum rendimento monetário e a população teria também acesso a produtos frescos locais e assim desenvolver a economia local. Não vemos o empenhamento de uma agenda cultural desportiva de lazer que inclua todas as freguesias e todas as comunidades, incluindo a comunidade educativa; nem o apoio ao movimento associativo, pois são as associações, comissões e colectividades e clubes que dão a vida ao município, proporcionando qualidade de vida às populações. Não vemos o apoio aos idosos, que são a grande parte da população, quer na mobilidade quer na política essencial de proximidade. Não está expresso o incentivo ao desenvolvimento mais actuante das comissões sociais de freguesia, essenciais às famílias mais carenciadas e com outro tipo de necessidades resultantes das mais variadas causas. No plano da saúde não vemos a referência às dificuldades que as pessoas sentem ao acesso aos Centros de Saúde, por estarem longe das populações e serem em pequeno número, nem a necessidade de indicar a mudança desta realidade ao Governo Central. Existem várias zonas do concelho sem tratamento de esgotos adequados trazendo perigo a saúde pública e poluindo as nossas ribeiras e também não vemos nos documentos a urgência desta extrema necessidade.-----

-----Embora os documentos contenham medidas muito importantes são insuficientes face às necessidades concretas das populações; é necessário dotar as Juntas de Freguesia com mais transferências de verbas para melhorarem a sua capacidade de realização de projectos próprios. Posto isto, o PCP considera que é necessário envolver todos os eleitos locais na construção do Orçamento e Grandes Opções do Plano. É necessário visitar as populações de todas as freguesias e localidades, ver e sentir os problemas reais das pessoas, das instituições, agentes económicos e as suas necessidades para, desta forma, construir um Orçamento de acordo com a realidade do município de Arganil. Por todos estes motivos o PCP vota contra.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Fernando Vale** para dizer “antes de começar a minha intervenção, gostaria de perguntar se nós temos 14 ou 28 minutos? Obrigado pelo esclarecimento. Iremos reservar uma análise mais detalhada e profunda ao documento do Orçamento na declaração de voto que iremos emitir no final da votação.-----

-----Este Orçamento aspectos positivos, como é óbvio, não somos maniqueístas ao ponto de dizer que é tudo mau. O Senhor Presidente acabou de referir os aspectos positivos do Orçamento mas há muitos aspectos que nos deixam dúvidas e que pretendemos que sejam clarificadas e também tem aspectos negativos que iremos realçar. Começo a minha intervenção por solicitar duas rectificações, uma designação na página 4 do documento do Orçamento e das GOP refere-se a corporações de bombeiros, este era o termo utilizado durante o Estado Novo, agora são corpos de bombeiros ou associações humanitárias de bombeiros voluntários. Também solicitar um melhor enquadramento do projecto StopCortaderia, que está enquadrado na função geral da protecção civil, de luta contra incêndios, que



Assembleia Municipal

consideramos que deve estar enquadrado na função geral de Proteção do meio ambiente e conservação da natureza. Páginas 53 e 75.-----

-----Senhor Presidente, apesar de bastante mais bem mascarado, continuamos a considerar que este Orçamento está empolado. É um vício recorrente, mas num Orçamento superior a 24 milhões de euros, um milhão de euros superior ao Orçamento de 2021, apesar da diminuição das transferências provenientes do Orçamento de Estado, que consideramos perfeitamente compreensível devido à grave crise social e económica que vivemos, e nesse sentido é necessário atender a uma série de circunstâncias não previstas, e é um recurso à solidariedade colectiva; é perfeitamente compreensível uma diminuição da transferência do Orçamento de Estado para o Orçamento municipal para este e para os outros todos, como é óbvio. Relativamente a este empolamento do Orçamento nós gostaríamos de ter algumas clarificações relativamente a algumas rubricas e sub-rubricas; relativamente ao Orçamento de Receita e nos rendimentos da propriedade, a que bens de domínio público se referem os 587.500,00€, página 35 e “outros”, 475 mil euros na página 35 também. Nas transferências correntes a que outros fundos comunitários correntes, no valor de 102.287,00€ na página 35 também referenciados. Nas vendas de bens de investimento maquinaria e equipamento, nas sociedades e quase sociedades não financeiras, 50 mil euros, página 37. “Outros”, também nas sociedades e quase sociedades não financeiras, 50 mil euros. Mais 50 mil euros na maquinaria e equipamento, para o resto do mundo e união europeia; não sei se o município de Arganil se vai iniciar na venda intercontinental de maquinaria e equipamento, mas estão aqui 50 mil euros para o resto do mundo e União Europeia. No que se refere a transferências de capital, outros fundos comunitários de capital, 3.600.000,00€, a que é que se refere? No Orçamento, Receita, perguntar ao Senhor Presidente, no que se refere a venda de bens e serviços correntes, cantinas, 116.300,00€; perguntar se esta receita é proveniente do pagamento de refeições pelos alunos do concelho de Arganil, se o município de Arganil auferir 116.300,00€ pelo pagamento destas refeições.-----

-----No Orçamento, Despesa, Administração Autárquica, consideramos que o valor para a formação dos trabalhadores é extremamente baixo, 5.500,00€ é um valor ridículo e não demonstra uma aposta na formação dos trabalhadores do município.---

-----Também pedir uma clarificação relativamente a outros trabalhos especializados, no valor de 1.016.050,00€, na página 42, outros serviços, no valor de 833.100,00€, página 42, e outros, no valor de 2.056.142,00€, página 44. São valores muito elevados mas também muito ambíguos e gostaríamos de receber alguma clarificação relativamente a estes assuntos.-----

-----Relativamente ainda à venda de bens e serviços correntes, detectamos um aumento brutal nas receitas referentes à água, saneamento e resíduos, quando comparamos estes valores com o Orçamento de 2021. Relativamente à água, temos um aumento relativamente ao Orçamento de 2021, de 36,24%. No que se refere a saneamento, temos um aumento de 58,12% relativamente aos valores inscritos no



Assembleia Municipal

Orçamento de 2021. Relativamente aos resíduos, temos um aumento de 26,92% relativamente ao valor inscrito no Orçamento de 2021. Pelo que é legítimo que a bancada do Partido Socialista pergunte ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arganil se estes aumentos brutais se vão reflectir nas taxas e tarifários pagos pelos munícipes de Arganil em água, saneamento e resíduos.-----

-----Relativamente às GOP, gostaríamos de saber, quanto à mobilidade eléctrica, viatura e postos de carregamento, quantos postos de carregamento e quantas viaturas eléctricas serão adquiridas pelo município de Arganil. Relativamente a valores de empréstimo de curto prazo, empréstimos de médio e longo prazo, empréstimos de médio e longo prazo de bancos e outras instituições financeiras, dá-nos um valor total de 4,16 milhões de euros; gostaríamos de perguntar se este é o valor da dívida do município de Arganil.-----

-----Relativamente à reutilização das águas residuais da ETAR da Relvinha, parecem-nos um valor muito pequeno, gostaríamos que o Senhor Presidente pudesse detalhar este valor; página 52.-----

-----Também referir que o apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários é muito baixo; continua a não haver uma aposta do município no apoio a estas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários que como todos sabemos, prestam um serviço inestimável e importantíssimo no nosso concelho; e como já tive oportunidade de referir anteriormente, é um dos apoios mais baixos, prestados pelos municípios desta região às respectivas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários.-----

-----Também se constata um baixíssimo apoio ao Associativismo; nas GOP regista-se um valor de 125 mil euros. Diminui de 205 mil euros relativamente ao ano transacto e gostaríamos de saber qual a razão; página 58.-----

-----Também consideramos que o valor de apoio à transferência para as famílias é muito baixo e sobretudo num período de contingência como o que vivemos, é necessário aumentar, e muito significativamente, este apoio.-----

-----Também pedíamos uma explicitação ao Senhor Presidente relativamente à Requalificação, Modernização e Ampliação da Escola Secundária de Arganil, nomeadamente o que é que se pretende lá fazer, pois consideramos que é um projecto muito importante para a evolução do sistema educativo em Arganil.-----

-----Também relativamente à dinamização da Lomba do Canho, gostávamos de saber especificamente o que se pretende fazer; o Senhor Presidente acabou de referir que é necessária a classificação da Lomba do Canho como Monumento Nacional, mas gostaríamos de saber se é o início do processo ou se é a classificação final que é exigida.-----

-----Também gostaríamos que o Senhor Presidente detalhasse o que se pretende fazer quanto ao investimento na conservação e valorização turística do património natural da Peneda da Talhada, de 1.042.000,00€.-----

-----Relativamente ao Centro Municipal de Protecção Civil, voltamos a referir a nossa discordância, embora seja um dado adquirido, a sua localização em Arganil; uma



Assembleia Municipal

oportunidade perdida, consideramos que é uma falta de visão não localizar este Centro Municipal de Proteção Civil em Côja, nomeadamente no Aeródromo, que poderia potenciar uma infra-estrutura que está bastante sub-aproveitada e poderia ser o primeiro passo para que esta infra-estrutura pudesse começar a contar com localização como base aérea de combate a incêndios florestais e rurais.-----

-----A Co-Gestão da Paisagem Protegida da Serra do Açor, está inscrita uma verba de 5 mil euros, com despesas com pessoal; saber o que é isto pois parece-nos uma despesa muito exígua; página 57.-----

-----Em que consiste a mobilidade suave no valor de 720 mil euros, na página 58.----

-----Solicitar ao Senhor Presidente uma breve explicação do que se pretende fazer com este grande investimento de 6.500.000,00€ na área de Acolhimento Empresarial de Nova Geração com o apoio do PRR; consideramos que é um investimento muito necessário e essencial para a dinamização empresarial do concelho.-----

-----Na Requalificação da Rede Viária Municipal, o valor de 1.208.000,00€, página 59, solicitar ao Senhor Presidente que identifique quais as vias que serão requalificadas. Aproveitamos para perguntar se a estrada das Carvalhas se encontra enquadrada neste investimento.-----

-----Também gostaríamos de saber em que é que consiste o investimento na viabilidade da variante à EN 17.-----

-----No que se refere à melhoria das condições de acessibilidade à Fraga da Pena, saber se este investimento se encontra enquadrado ou não no âmbito da co-gestão.-

-----Quanto ao Sistema Integrado de Videovigilância para a Prevenção de Incêndios, saber onde vai ser instalado.-----

-----Por fim, no Relatório dos processos judiciais em curso, é referido que no processo nº 474-10, foi interposto recurso e que aguarda decisão; o valor da acção é de 577.137,54€, o processo já decorre há muito tempo e gostaríamos de saber em que sentido e qual foi a decisão da primeira instância, nomeadamente relativamente aos valores que o Tribunal decidiu que eram para ser pagos à empresa.-----

-----Por último, referir os 49 processos judiciais de expropriação, no valor de 667.299,00€; gostaríamos de saber qual a razão para haver tantos processos judiciais de expropriação. Lembro-me que numa reunião de Câmara, do mandato anterior, perguntei ao Senhor Presidente sobre a existência de dois ou três processos que tinham sido interpostos por proprietários, porque não concordavam com o valor de expropriação e na altura perguntei se não haveria a probabilidade de outros proprietários também recorrerem a processos judiciais, no sentido de verem elevados os valores de expropriação; parece que isso se confirmou e neste momento há 49 processos que representam uma quantia bastante significativa. Como tal, gostaríamos de saber qual é a opinião do Senhor Presidente, relativamente à probabilidade do município de Arganil ser condenado a pagar estes 667.299,00€."-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para referir que “relativamente às GOP quero fazer uma ressalva por causa de um projecto que para



Assembleia Municipal

nós é muito importante e que nos causa aqui alguma preocupação, que é a Zona Industrial da Relvinha. Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente onde é que poderemos ter acesso ou mesmo se nos pode enviar a estratégia que está definida pelo município de Arganil para atracção de novas empresas. Preocupa-nos que em 2020 o concelho de Arganil e segundo dados do PORDATA, foi o terceiro do distrito de Coimbra com maior taxa de desemprego, e que em 2019 era o terceiro concelho do distrito de Coimbra onde os trabalhadores por conta de outrem menos auferiam. Tendo como base de comparação outros projectos anteriores de atracção de investimentos desenvolvidos pelo município de Arganil, como foi o caso do CETA, Centro Empresarial e Tecnológico de Arganil, só podemos estar bastante preocupados com a estratégia montada por este executivo para atracção de novas empresas para a Zona Industrial da Relvinha. Se nos puder dizer onde podemos ter acesso a toda essa estratégia, agradecia.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **José Miguel Nunes** para dizer que “como já foi aqui referido, e estando parte do Interior do país a atravessar o envelhecimento acelerado das suas gentes, a conseqüente baixa taxa de natalidade e de uma incapacidade de fixar uma faixa etária mais jovem da sua população, e sendo Arganil um desses concelhos, não podemos deixar de notar que esse problema é muito pouco mencionado e até mesmo subvalorizado, neste Orçamento e GOP para 2022. Em 2020, também segundo dados do PORDATA, Arganil era o quinto concelho do distrito de Coimbra com menos percentagem de jovens na sua população; mais grave que isto, ainda quando associado ao facto de apresentar uma taxa bruta de natalidade inferior, comparando com concelhos vizinhos, como é o caso de Tábua. Perante isto, e somando todos estes factores, não é de estranhar que o concelho tenha perdido mais de mil pessoas, em apenas 10 anos, segundo os Sensos. No sítio da internet do município de Arganil, pode ler-se a criação de oportunidades do domínio da formação empregabilidade, a disponibilização de programas, equipamentos e espaços especialmente dirigidos aos jovens, atendendo às suas ideias e aspirações, motivando-os a tomar iniciativas e a colaborar, é um dos objectivos prioritários da acção da Câmara Municipal de Arganil. No entanto, na nossa opinião, isso é tão-pouco reflectido neste Orçamento. É vital e urgente incentivar a natalidade, premiar famílias que queiram ter filhos e constituir família neste concelho, seja por cheques de natalidade, por cada bebé nascido, seja mesmo por apoios mensais nos primeiros anos de vida. É necessário dar condições às pessoas, essencialmente numa faixa etária mais jovem, para se fixarem no concelho, promovendo e facilitando o acesso à habitação, a criação de postos de trabalho nos variados sectores, gerando a criação de empregos estáveis e remuneração condigna, dotando o concelho de lugares de cultura e lazer aprazíveis e atractivos; caso contrário, progredimos neste ciclo de envelhecimento da população e um concelho do Interior com uma população envelhecida, é um concelho pouco dinâmico, condenado ao esquecimento e ao abandono. Perante isto, não podemos



Assembleia Municipal

deixar de realçar a nossa preocupação, uma vez que este Orçamento evidencia pouco a necessidade de promover a natalidade e fixar gerações jovens. Deixo portanto aqui o repto para que, mesmo não estando aqui patente, as políticas autárquicas futuras se centralizem neste problema com o qual nos debatemos e o qual deve merecer a nossa melhor atenção.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para “começar por fazer uma nota relativamente àquilo que foi dito pelo senhor deputado Christophe Coimbra, e naquilo que tem a ver com uma penalização gravíssima para os municípios, naquilo que tem a ver com a redução das transferências do Orçamento do Estado. É bom de perceber e não é preciso uma matemática muito elaborada para chegar à conclusão que, sem os meios de que dependemos, e neste caso, dependemos maioritariamente das transferências do Orçamento do Estado, só restam duas alternativas, ou reduzir aquilo que se gasta ou aumentar o endividamento, nomeadamente através da contratação de financiamento. A outra terceira alternativa é gerar dívida e essa como sabem, é uma alternativa que nós repudiamos e com a qual não nos identificamos. Sim e verdade esta redução de transferências tem um impacto brutal para municípios, principalmente para os municípios que são dependentes das transferências do Orçamento do Estado. E é também muito simples perceber qual é o impacto desta redução quando tomamos em consideração que desejavelmente estes valores podem e devem ser alavancados nomeadamente com acesso a fundos comunitários. Basta multiplicarem esse valor, que já não é pequeno, 650 mil euros, por cinco, e já estou a contar com uma comparticipação média de 80%, no acesso aos fundos comunitários para perceberem qual é que é a dimensão daquilo que seria possível fazer a mais, não houvesse essa redução. Mas de facto trilhar um caminho de fazer mais despesa com menos recursos, é algo que eu ainda não consegui perceber e as escolas também ainda não conseguiram uma solução para essa equação. Relativamente à questão que colocou relacionada com a celeridade na disponibilização dos meios do Plano de Recuperação e Resiliência, naturalmente que estamos expectantes para perceber como é que este processo vai decorrer, mas também, honestamente, devo dizer que espero que ele não seja tão rápido, tão rápido, tão rápido, que só esteja preparado para aqueles que já estão a um metro da meta. E aquilo que ainda recentemente e aproveito para falar de um assunto que já foi aqui questionado, aquilo que pudemos perceber esta semana foi precisamente este exercício a ser praticado a nível nacional, e refiro-me em concreto a um projecto que nós até tínhamos considerado no nosso Orçamento, dos seis milhões e meio de euros, direccionados para a Relvinha, no âmbito de um processo designado de áreas de localização empresarial de nova geração, que tinha a ver com o apoio à reconversão de áreas de acolhimento empresarial existentes para uma dimensão mais resiliente, mais verde, e mais digital e que em concreto, considerava, naquilo que foi a nossa manifestação d interesse, foi uma primeira fase aberta a todos os municípios a nível nacional, uma perspectiva de manifestação de



Assembleia Municipal

interesse, mas que considerava intervenções para a constituição de comunidades de energia renovável, da instalação de soluções para carregamento de viaturas eléctricas, da instalação de soluções de resiliência activa a incêndios e do reforço da infra-estruturação tecnológica nomeadamente ao nível da rede 5G. Numa primeira fase, a nível da Região Centro, fomos pré seleccionados, houve vinte municípios que passaram à segunda fase, e estávamos nós a começar a trabalhar no desenvolvimento dos projectos de execução, que são complexos, que têm que ser contratados externamente, quando sai o Aviso para apresentação das candidaturas nesta segunda fase. E nesta segunda fase, por incrível que possa parecer, aquilo que foi concedido aos municípios para apresentarem as suas candidaturas, foram 6 dias; se tivermos em consideração que são necessários pareceres de um conjunto de entidades nomeadamente daquelas que estão ligadas à área energética e refiro-me à Direção Regional de Energia e Geologia, são necessários um conjunto de outros pareceres relacionados com as intervenções, é necessário o desenvolvimento de projectos de execução, que são projectos muito complexos e quando aquilo que é disponibilizado aos municípios são 6 dias para concretizarem as suas candidaturas, é caso para nos questionarmos. Ainda por cima, quando a regra que foi definida, determinou neste Aviso que foi agora publicado, que por cada CCDR são admissíveis no máximo 3 projectos a ser financiados e no mínimo um projecto. Se considerarmos que no caso da Região Centro até já estavam pré posicionados 2 projectos, dois municípios, em concreto e digo-o porque é público e consta de documentação publicada, Sátão e Águeda, restava apenas uma possibilidade para os outros 18 projectos, em 6 dias. O Senhor Primeiro-Ministro disse que queria fazer disto um processo célere e rápido, mas não pode ser assim também tão rápido, porque senão dá mesmo a sensação que é um processo preparado para aqueles que já estão a pisar a linha da meta e que só esses é que serão os beneficiados. Isto para lhes dizer que em relação a um projecto, e por isso não o referi desta vez e tinha-o feito em sede de reunião de Câmara, porque esse projecto, por via desta vicissitude, não terá condições de ser objecto de financiamento. Aquilo que já foi conversado, definido, ao nível da Comunidade Intermunicipal, é tomar posição relativamente a este tipo de prática, que é uma prática que até se pode designar de transparente, mas é transparente para algo que permite ver aquilo que não é o mais correcto. O Presidente da Comunidade Intermunicipal ainda ontem ou antes de ontem, tomava posição pública, precisamente relativamente a esta situação, porque isto é algo que transcende aquilo que é a razoabilidade.-----
-----Relativamente à intervenção da senhora deputada Dora Lemos, presumo que o facto de não ter encontrado resposta para as várias questões que colocou, que tenha mesmo a ver com a circunstância, e eu já o disse há pouco, de termos conseguido disponibilizar os elementos com um prazo pouco útil para serem apreciados porque, na generalidade, as questões que colocou, este documento encontra resposta.-----
-----Relativamente às questões colocadas pelo senhor deputado Fernando Vale, relativamente aos dois primeiros apontamentos, não vejo justificação para alterar o



Assembleia Municipal

enquadramento. Dizer e relembrar que nós nunca tivemos Orçamentos com 50% de execução, as nossas execuções também nunca foram de 100%, mas também nunca foram de apenas 50% e sabem do que falo, quando me refiro a estes 50%. É curioso também esta intervenção, de que é muito compreensível a redução das transferências do Orçamento do Estado e ao mesmo tempo pretende-se gastar mais dinheiro; é um exercício curioso, que talvez o Ministro das Finanças do país consiga uma solução, mas parece-me que não, porque se tivesse uma outra solução certamente também não faria este corte nas transferências por via do Orçamento do Estado. Relativamente à questão da formação dos trabalhadores, a formação dos nossos colaboradores é essencialmente garantida no quadro intermunicipal; é no âmbito da Comunidade Intermunicipal que desenvolvemos um conjunto de candidaturas para financiamento da formação de trabalhadores e o financiamento que atribuímos, nomeadamente através da comparticipação nacional, o valor da comparticipação nacional, é assumida pelos municípios, mas é no âmbito da CIM que estamos a assegurar a formação dos trabalhadores e é formação que, para além de ser muito significativa, de ser muito importante para o exercício dos trabalhadores, não são formações isoladas, antes pelo contrário, são muitos milhares de horas de formação que estão a acontecer. Relativamente à questão que colocou sobre o aumento da receita da água, do saneamento e dos resíduos, o senhor há pouco começou por dizer e por fazer o apontamento relativamente à nota crítica da ERSAR, relacionada com a cobertura dos custos, isso mereceu a sua censura, o facto da cobertura dos custos ser reduzida, aquilo que está aqui a acontecer, em linha com aquilo que informei, é essa mesma cobertura de custos; não está considerado aqui nenhum aumento de tarifário, o que está a acontecer é o impacto da aplicação do Regulamento tarifário, que foi aprovado por unanimidade, em sede de reunião de Câmara, e em sede de Assembleia Municipal, no mandato anterior; não há aqui nenhum aumento nem brutal, nem menos brutal, aquilo que existe é pura e simplesmente a aplicação do Regulamento tarifário que está em vigor. Acerca da mobilidade eléctrica, o que temos aí considerado está relacionado com uma candidatura que temos aprovada no âmbito do Fundo Ambiental, é isso e apenas isso. No que tem a ver com a dívida do município de Arganil, não percebi muito bem a sua questão, mas na informação incluída no Relatório de evolução da Situação Financeira esta situação é devidamente esclarecida, a dívida do município é aquela que está relevada nesse documento. Relativamente às águas residuais da Relvinha, trata-se de um valor exíguo por uma razão simples, trata-se apenas de perspectivar uma candidatura que possa surgir, pois temos alguma indicação que isso pode acontecer e se hipoteticamente acontecer, a questão orçamental terá que ser depois resolvida na altura própria. Já me referi ao exercício impossível de pretender distribuir mais com menos receita. Em relação à Escola Secundária de Arganil, já me referi a este projecto há pouco; aquilo que se pretende fazer é o que consta do projecto de execução que foi aprovado em sede de reunião de Câmara no mandato anterior. Trata-se de um projecto de requalificação, de ampliação, de uma



Assembleia Municipal

intervenção muito significativa de valor na ordem dos dois milhões e oitocentos mil euros, que estão considerados nesse projecto de execução, que foi, volto a dizer, aprovado no mandato anterior, e penso que terá sido ontem submetido a concurso, e que considera a perspectiva de só avançar se a candidatura entretanto for objecto de aprovação. Quanto à questão sobre a Lomba do Canho, dizer que aquilo que é necessário é o início do processo de classificação, por isso me referi à data de 15 de Dezembro, a data em que o processo será previsivelmente remetido para os Serviços Centrais do Património; este processo e este trabalho tem estado a ser desenvolvido em estreita articulação com a Direção Regional da Cultura do Centro, para permitir a viabilização desta candidatura. Do ponto de vista das intervenções, podemos depois disponibilizar aos senhores deputados se entenderem necessário, houve em tempos uma apresentação pública deste projecto; não tenho presente com pormenor as várias intervenções, mas posso dizer que considera desde logo aquilo que tem a ver com as soluções de mobilidade, nomeadamente das zonas pedonais, da definição dos percursos, da definição da acessibilidade, a própria questão da limpeza, a própria questão do relançamento das prospecções, os espaços de visitação; há um conjunto de intervenções que estão interligadas depois também com o projecto da Peneda da Talhada, para além também da própria produção de conteúdos. Esta resenha que fiz é muito breve mas podemos facultar-lhe elementos mais concretos acerca desta intervenção, que prevemos, se tudo correr bem, concretizar na Lomba do Canho. Relativamente à Peneda da Talhada, neste caso trata-se de uma empreitada que já está submetida a concurso público, está em fase de recepção de propostas, está também incluída numa candidatura e aquilo que visa, aquilo que preconiza, é trazer de novo a zona balnear ou a praia fluvial da Peneda da Talhada; considera aquilo que tem a ver com espaços de apoio, não considera e essa é uma solução que ainda vamos ter que ver com a APA, a seu tempo, não considera a questão do espelho de água, porque a política, neste momento, é de ser proibida a construção de quaisquer tipos de açudes. Essa matéria ainda teremos que a ver a seu tempo, de qualquer forma, aquilo que está considerado nesta empreitada, são zonas de apoio e a respectiva logística. Acerca do Centro Municipal de Protecção Civil, eu poderia estar de acordo se visse a Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil localizada no Interior, mas eu vejo-a em Lisboa; alguma razão existirá para isso acontecer e ela é muito prática, estamos a falar de estruturas que têm que decidir e apreciar, em momentos de crise, e que deverão estar próximas desde logo dos responsáveis locais máximos da Protecção Civil. Da mesma maneira que contrariamente a outros organismos, entendo que deviam estar descentralizados, e um bom exemplo é o ICNF, o caso da Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil, que está sediada em Lisboa, que está próxima do Primeiro-Ministro, que está próxima do Ministro da Administração Interna, por uma razão prática, porque em momentos de crise, esses actores têm que ser activados e convém que o centro de decisão não esteja muito longe da estrutura. É exactamente a mesma lógica que está subjacente à instalação



Assembleia Municipal

do Centro Municipal de Proteção Civil em Arganil. Relativamente ao Aeródromo de Côja, temos estado em articulação com a Secretaria de Estado da Proteção Civil, particularmente porque o PRR considera verbas para a aquisição de meios aéreos; manifestámo-nos disponíveis para fazer as intervenções necessárias para acolher os meios aéreos no nosso território, mas também nos foi dito, através da Senhora Secretária de Estado, que a pista, qualquer uma delas, precisará uma de ser asfaltada, a outra precisa de ser ampliada, em cerca de mais 300 metros, para permitir a operação deste tipo de aeronaves; ainda assim, se houver alguma perspectiva, e temos vindo a insistir com a Secretaria de Estado, de haver esta aquisição de meios aéreos e houver alguma viabilidade deles serem localizados no território, não deixaremos de fazer este esforço. Acerca do Projecto de Mobilidade Suave, trata-se do projecto que referi há pouco, dos percursos cicláveis, neste caso às Secarias e ao Maladão, com a variante ao Sarzedo. Acerca dos seis milhões e meio do PRR, nós também entendemos que são essenciais mas, pelos vistos, os decisores políticos do país acham que não. Ao nível da requalificação da rede viária municipal e naquilo que tem a ver com a Estrada das Carvalhas, em tempos falámos neste assunto, penso que até terá sido aqui em sede de Assembleia Municipal, trata-se de uma intervenção intermunicipal, na medida em que abrange os concelhos de Arganil e Tábua. Ainda relativamente a este assunto, o compromisso que assumimos com o município de Tábua ainda no anterior mandato, foi de elaborar projecto de execução para a totalidade da intervenção. O projecto de execução já foi remetido à Câmara Municipal de Tábua por duas vezes, a última das quais terá sido no início do ano passado; aguardamos, para poder iniciar esta intervenção, é uma concordância por parte do município de Tábua, relativamente ao projecto de execução e relativamente àquilo que é o desenvolvimento previsto para esta intervenção, que consideramos importante. Relativamente ao projecto da variante à EN 17, trata-se de uma iniciativa que estamos a desenvolver no âmbito da Comunidade Intermunicipal e que visa dar resposta àquilo que não aconteceu com a paralização do processo da EN 342, nomeadamente com a ligação desde Lousã, Góis, Arganil, Côja, IC6, o famoso processo de 2008, e que foi anunciado com pompa e circunstância nesta sala e que, infelizmente, não viu a luz do dia e não terá grande perspectiva de ver a luz do dia. O que é certo é que nomeadamente para por um lado aquilo que aconteceu com esse processo e ao mesmo tempo aquilo que foi a opção referente à ligação Coimbra – Viseu, criou um constrangimento muito grande. Penso que saberão que em determinado momento, o que estava considerado, para a ligação Coimbra Viseu, era uma ligação de auto-estrada, aproveitando alguns dos traçados que já existem, nomeadamente aquele traçado de auto-estrada que vai em direção ao Carregal; esse processo foi abandonado e foi substituído pela requalificação do IP3. Estas duas circunstâncias prejudicaram o território, prejudicaram alguma coisa Arganil, mas prejudicaram ainda mais os concelhos de Vila Nova de Poiares, Góis, Lousã, que tinham alguma expectativa de ter uma ligação mais adequada aos eixos nacionais e que viram que isso não aconteceu. É na sequência destes dois



Assembleia Municipal

insucessos, o do IP3 e o da EN 342, que tomámos a decisão de desenvolver um estudo que possa permitir fazer a ligação num dos extremos à A-13, na zona de Ceira, e no outro extremo ao IC6, algures entre S. Pedro de Alva e a seguir ao Lavradio; é esse estudo que está a ser desenvolvido numa perspectiva e considera também o financiamento contratualizado com a Infraestruturas de Portugal, que financia 50% do valor, e basicamente perspectiva colocar em cima da mesa a construção desta variante, ou seja, desenvolver projecto para num qualquer cenário em que existam meios para o poder concretizar, ele possa estar devidamente desenvolvido. Relativamente ao Sistema Integrado de Videovigilância, como sabe, é um projecto desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e pela Comunidade Intermunicipal de Dão-Lafões, que pretende aqui fazer aqui a cobertura total deste vasto território. Está já em fase de integração, fará a cobertura praticamente total e só não é total porque há zonas sombra onde tecnologicamente é mais difícil, mas pretende fazer a cobertura praticamente integral de todo o território abrangido por estas duas Comunidades Intermunicipais. De acordo com aquilo que foi a definição técnica para garantir este desiderato no nosso concelho, será instalado um equipamento, na torre de vigia de Monte Redondo. Questionou acerca de um processo judicial de que não tomei nota; do Sub-Paço, como sabe, trata-se de um processo com alguma antiguidade, mas vale a pena lembrar aquilo que aconteceu; algures, nos idos de 2007 ou 2008, chegou à Câmara Municipal um Auto de Medição e uma factura relacionadas com intervenções que supostamente estariam a decorrer na margem direita da ribeira, foi facilmente perceptível para o meu antecessor que estavam a tentar medir e facturar trabalhos que não estavam realizados, claramente a provocar dano ao município, ao erário público e para além do mais num processo que, do ponto de vista da legalidade, de legal não tinha nada. Também é público e sabido que isso desencadeou um processo judicial; também é público e sabido que no âmbito desse processo foram reconhecidos, por parte da Câmara Municipal, que é o órgão com competência naquela empreitada, alguns trabalhos que efectivamente estavam realizados e que são ainda devidos. Boa parte dos trabalhos não são reconhecidos nem são pacificamente aceites. Não me recordo do que aconteceu pelo meio, mas claramente não havia condições, nem sei se havia alguma sentença ou se havia alguma proposta de decisão, mas não havia condições de poder ser aceite qualquer solução dessa natureza. Relativamente aos processos de expropriação não tenho ideia de alguma vez se ter falado de dois ou três processos, isso nunca esteve em cima da mesa; no caso da Relvinha, para quem não está por dentro do processo, devo dizer que estamos a falar da aquisição de 316 prédios rústicos, sendo que relativamente a alguns deles, 49, não houve acordo dos proprietários relativamente ao valor, ou então, pura e simplesmente, nem sequer foi possível localizar os proprietários; e há também um número muito significativo de casos em que isso aconteceu. O que tem vindo a acontecer neste processo tem sido apresentado e discutido com acuidade em sede de reunião de Câmara e é no fundo a tramitação que está prevista no Código das Expropriações. Há uma primeira fase



Assembleia Municipal

que visou, depois dos valores aprovados em sede de reunião de Câmara e das condições que foram fixadas, em que se pretendeu adquirir estes prédios, por via do direito privado; maioritariamente houve sucesso neste processo, apenas não houve sucesso em 49 de 316, é bom de ver que maioritariamente, as coisas correram francamente bem. O que tem vindo a ser feito é o seguimento dos vários passos processuais do Código das Expropriações e aquilo que se coloca neste momento em cima da mesa tem exclusivamente a ver com estas 49 parcelas que estão em discussão; é assim que está construído o Regime Jurídico relacionado com o Código das Expropriações. Relativamente a estas 49 que estão em discussão, os proprietários assumem a sua quota-parte de risco, incluindo numa perspectiva de não lhes ser dada razão, de serem chamados a pagarem as custas judiciais. Neste momento está exclusivamente a decisão na esfera das entidades judiciais para fixar estes valores. Dizer ainda que o diferencial e isso também foi objecto de decisão em sede de reunião de Câmara no mandato anterior, o diferencial que está em discussão está depositado à ordem do Tribunal. Quanto às questões específicas sobre as rubricas, pedirei depois aos serviços que enviem as explicações pois não tenho presentes todos esses pormenores; serão remetidos os devidos esclarecimentos.-----

-----Relativamente à questão do senhor deputado Rodrigo Oliveira, relacionado com a estratégia da Relvinha, porventura o seu desconhecimento estará relacionado com a sua chegada agora à Assembleia Municipal e portanto tomarei a iniciativa de distribuir tudo aquilo que são os elementos publicados acerca desta matéria; o que não falta é documentação, elementos onde está bem sustentada a estratégia que está definida para a Relvinha; em relação a isso, nem sequer é necessário produzir mais documentos, porque aqueles que existem já são bastantes.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado José Miguel Nunes, de repente voltámos a ter o exercício de ter o deserto em Arganil e tudo o resto à volta ser um oásis; é uma forma curiosa de discutir um problema que é um problema nacional, mas claramente não resolverá um problema nacional. O exercício de comparar com os concelhos vizinhos é útil para tudo e mais alguma coisa, tanto para a comprovar como para fazer exactamente o contrário; devo dizer que relativamente ao exercício dos cheques, até podemos ver uma abordagem prática, é ver no nosso território e por uma questão de elegância, não vou dizer quais são os concelhos, mas é ver no nosso território quais são os municípios que distribuem os cheques à natalidade e avaliar quais é que são os resultados, quais é que são as consequências do ponto de vista do crescimento populacional; ficarei à espera dessa análise e também depois percebermos qual é que é o cheque distribuído nos municípios de Lisboa, Coimbra, que são aqueles para onde tem sido drenada mais população e que não me parece que distribuam quaisquer cheques de natalidade, mas é um exercício, também este, muito peculiar. A nossa estratégia, naquilo que tem a ver com a demografia, é muito simples do ponto de vista do conceito, é difícil do ponto de vista do resultado, tal como é para o país. Volto a dizer e a lembrar



Assembleia Municipal

que a projeção para o país é daqui a pouco menos de 30 anos, de termos um país com 8 milhões de habitantes. Há projecções ainda mais pessimistas que colocam o nosso país com 6 milhões de habitantes em 2050. É bom de perceber que o nosso país é o terceiro mais envelhecido da Europa; infelizmente não é um problema de Arganil, é um problema do país. Reconhecendo que é um problema do país mas que também temos que fazer a nossa parte, a nossa estratégia claramente não vai pela distribuição de cheques à natalidade respeitando todos os colegas que têm esse tipo de prática; não é uma questão de crítica, aquilo que entendemos é que a estratégia para a atractividade, quer de empresas, quer de população, tem essencialmente a ver com condições de trabalho, tem a ver com postos de trabalho, tem a ver com trabalho qualificado, que tem a ver com a possibilidade de atrairmos para o território inclusivamente aqueles que foram obrigados a sair de cá, porque não tinham oportunidades profissionais no nosso concelho. E refiro-me principalmente àqueles que têm um nível de qualificação mais elevado, que são aqueles que claramente o concelho não tem tido capacidade para fixar, porque naquilo que tem a ver com as profissões que exigem um menor nível de qualificação, a realidade é de pleno emprego; não é para esse grupo que estamos a direccionar a nossa estratégia de desenvolvimento económico.”-----

-----Teve novamente a palavra o senhor deputado **Fernando Vale** para referir que “o Partido Socialista agradece as clarificações que prestou. Apenas fazer alguns comentários; relativamente à diminuição das transferências do Orçamento de Estado para o ano de 2022, dizer que vivemos, segundo muitos analistas, a mais grave crise económica e social muito superior à crise de 2008. E se compararmos os valores que foram transferidos em 2015 com os valores que serão transferidos em 2022, estamos 1,8 milhões de euros acima daquilo que foram as transferências em 2015, mesmo somando toda a taxa de inflação acumulada; nós temos uma situação bastante melhor relativamente ao entendimento que o Governo Central tem, e relativamente ao entendimento que a União Europeia tem, relativamente a esta crise. É uma abordagem completamente diferente. Relativamente à questão da ANEPC, que o Senhor Presidente referiu, também a estrutura da ANEPC, segundo a sua lei orgânica, é descentralizada e isso decorre da publicação da resolução de conselho de ministros 157-A/2017, que foi publicada na sequência dos graves incêndios florestais de 2017 e também tem estruturas regionais e sub-regionais no território, inclusive está neste momento a fazer essa descentralização e, no próximo ano, já terá, em princípio, as suas estruturas regionais e sub-regionais no território. Por exemplo o Centro de Treinos da Força Especial de Bombeiros não é em Lisboa, é em Almeirim. A Escola Nacional de Bombeiros que tem uma estrutura participada pela ANEPC e pela Liga Portuguesa de Bombeiros, tem 3 estruturas, uma em Sintra, outra em S. João da Madeira e outra na Lousã, também estruturas espalhadas pelo território, e que tem 28 Unidades de Formação ao nível nacional espalhadas por todo o território nacional. Senhor Presidente, também é bom clarificar esta questão.-----



Assembleia Municipal

-----Relativamente àquilo que o meu companheiro de bancada referiu, julgo que nós temos que olhar para o nosso território; é claro que estas políticas de incentivo à natalidade não vão fazer aumentar a natalidade, nem a população, mas pelo menos podem ter um efeito positivo de travar a diminuição da população e dar algum incentivo às famílias para terem mais filhos. Julgo que é um mecanismo bastante importante que os municípios têm à sua disposição e que podem promover no sentido de dar melhores condições e motivar os munícipes do seu concelho a aumentarem a natalidade.”-----

-----Pedi novamente a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para fazer “uma nota breve, para fazer algum reparo de alguma dificuldade que acho que tem que ser transmitida por parte da nossa bancada, em conseguir interpretar este tipo de ideia de que é sempre fácil fazer mais com menos e que isto é possível e fácil de ser feito no nosso concelho, no nosso município, mas que não é a nível nacional; acho que todos gostaríamos de acolher muito mais e maiores medidas, todos gostaríamos de beneficiar muito mais o nosso território, acho que isso é inequívoco, da posição da bancada mais à esquerda à bancada mais à direita, mas não é fácil perceber quais são as contrapartidas que se teriam que criar para conseguir fazer esse dito mais com menos. Acho que a gestão deste município sempre se valeu por elevado rigor, se tivermos por base que, e voltando a referir e isso foi bem frisado pelo Senhor Presidente da Câmara, a origem de fundos que nos permitem a gestão municipal, vem fundamentalmente da nossa governação, do Orçamento de Estado, acrescida daquilo que possa ser a captação dos fundos comunitários, mas nem esses fundos comunitários se fazem em exclusivo, só por candidaturas, necessitam da devida comparticipação e de capitais próprios do município que estão exclusivamente ligados àquilo que é a transferência do Estado. Inevitavelmente, se uma verba diminui, a outra necessariamente irá diminuir também e alguma coisa terá que ficar por fazer. Gostaria de tentar perceber e quem está habituado a gerir orçamentos e a ligar e a ter que gerir os seus capitais ano após ano, perceber como é que se faz este tipo de magia que nos fazem crer acreditar que é possível ser feito. Gostaria apenas de dar nota desta dificuldade de interpretação; não está em questão a necessária redução das verbas a transferir pelo nosso Estado Central, acho que todos percebemos que a receita fiscal é muito menor num ano em que a economia se contraiu brutalmente, mas pedir a Arganil que seja a exceção e que se comporte fazendo um investimento record a todos os títulos e que todos os problemas sejam resolvidos de uma só vez e com fundos que se querem fazer crer de ilimitados, não me parece que seja o mais correcto.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para fazer “alguns apontamentos muito simples; para registar este exercício peculiar de se distribuir mais arrecadando menos, e arrecadando menos, quero ser muito claro, a única alternativa que existiria, havendo uma redução de transferência de verbas por via do



Assembleia Municipal

Orçamento de Estado, a única alternativa que existiria era aumentar a tributação sobre os nossos concidadãos e eu, pessoalmente, entendo e espero que a opinião maioritária desta Assembleia também vá nesse sentido, entendo que, apesar de tudo e desses recursos fazerem falta ao município, entendo que eles são muito mais úteis no bolso de cada um desses nossos concidadãos e é por isso que a nossa decisão foi de manter o IMI na sua taxa mínima, de devolver os 5% do IRS que cada munícipe paga, de considerar as bonificações em sede de IMI para o número de filhos, 20, 40 e 70 euros consoante o número de descendentes sejam um, dois, ou três ou mais filhos; e neste aspecto somos verdadeiramente diferenciadores, tão diferenciadores que não há mais nenhum município na região que conceda este benefício aos seus concidadãos. Também não deixa de ser curiosa esta comparação do valor que foi transferido em 2015 para os municípios e neste caso para o município de Arganil, precisamente numa altura em que a TROIKA ainda andava no país e que os reflexos que se mediam e eram bem constatados naquilo que era a própria realidade dos municípios portugueses, porque a verdade é que se regressarmos a 2010, e aí se calhar talvez a comparação já seja menos confortável, já lá vão 11 anos, em 2010 o valor foi de 6.660.405,00€; talvez isto possa fazer alguma diferença. Ao mesmo tempo, também não deixa de ser curioso que um assunto que tenho aqui trazido com alguma regularidade se mantenha sem solução, desde logo a circunstância de, até 2008, os municípios não terem de contribuir para a Caixa Geral de Aposentações, sendo obrigados a suportar as eventualidades de parentalidade, de doença, de um conjunto de eventualidades que aconteciam, todas elas são suportadas pelos municípios ainda hoje, com excepção da aposentação, e nessa altura a taxa com que os municípios contribuía para a Caixa Geral de Aposentações era de 0%. A partir de 2008 isto sofreu alterações e foi ao ponto de em 2020 já representar 360 mil euros. Este exercício da liquidez faz-se não só com aquilo que é o rendimento, mas também com aquilo que é a carga fiscal, porque se a carga fiscal se mantiver e esta aqui não foi revertida, esta aqui foi daquelas decisões que foi tomada ainda pelo engenheiro José Sócrates, que depois foi aprofundada pelo Dr. Pedro Passos Coelho e que o Dr. António Costa não abandonou, esta mantém-se e pesa negativamente do ponto de vista da liquidez no orçamento do município. Tal como também pesa a outra decisão, também ao tempo da TROIKA, do aumento do IVA sobre a electricidade, de 6 para 23% e também nesta medida o IVA ainda se mantém nos 23%. Se considerarmos que até na iluminação pública somos tributados a 23%, não deixa de ser curioso que esta medida e esta decisão da TROIKA não tenha sido ainda revertido. Em 2020 custou 158 mil euros, só de IVA, quando em 2008, para sensivelmente os mesmos consumos energéticos, a factura de IVA era de 18 mil euros. Aquilo que é a liquidez dos municípios não se mede apenas com aquilo que é o valor das transferências do Orçamento de Estado, mede-se também com estas circunstâncias e com aquilo que tem sido o aumento significativo de todos os investimentos, de todos os custos que têm que ser suportados, naquilo que tem a ver com as remunerações com o pessoal, com os



Assembleia Municipal

custos de electricidade, que têm penalizado significativamente os orçamentos dos municípios. E é sem qualquer dúvida, mas mesmo sem qualquer dúvida, que afirmo que aquilo que é a liquidez disponível dos municípios, particularmente daqueles que têm uma dimensão similar a Arganil, actualmente, é muito inferior à liquidez que existia há 15 anos. Em relação a isto não tenho qualquer dúvida. É como diz o senhor deputado Christophe Coimbra, o exercício de fazer mais com menos, ainda está alguém para descobrir, mas eu desconfio que é um exercício impossível.”-----

-----**Sairam da sala de reuniões, deixando de participar nos trabalhos, os Senhores Presidentes da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, da Junta de Freguesia de Benfeita, da Junta de Freguesia de Piódão, da Junta de Freguesia de Folques e da Junta de Freguesia de Pomares.**-----

-----**DÉCIMO SEGUNDO:** Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação, da **proposta do Orçamento para o ano de 2022 – GOP, Receita e Despesa.**-----

-----Presente um exemplar do Orçamento para o ano de 2022 – GOP, Receita e Despesa, acompanhado de memória descritiva e justificativa, que se dão por reproduzidos e que, depois de rubricados, vão ser arquivados na Secção Financeira.-

-----Neles se consigna, nomeadamente, que o total das Grandes Opções do Plano previstas para o próximo ano, ascende a 24.393.607,00€ e que se estima que o montante total de receitas em 24.393.607,00€, sendo 13.499.921,00€ de receitas correntes e 10.893.686,00€ de capital e o montante das despesas em 24.393.607,00€, sendo 12.552.000,00€ de despesas correntes e 11.841.607,00€ de capital.-----

-----Terminada que foi a análise do Plano Plurianual de Investimentos para o Ano Financeiro de 2021, e do Orçamento, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 votos a favor e 6 votos contra, aprová-los, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----O senhor deputado **Fernando Vale** apresentou a seguinte declaração de voto:---

-----Como comentários gerais ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2022, a bancada do Partido Socialista considera que este é um documento



Assembleia Municipal

estratégico fundamental para uma boa, ampla e moderna gestão municipal. Entre outros factores deverá contribuir para a mobilização das forças vivas do concelho em torno de projectos estruturantes. Para tal deverá ser discutido, participado e ter a capacidade de integrar toda a sociedade.-----

-----Por opção própria de quem elaborou este documento, tal não sucedeu. Os documentos integram apenas a visão e o projecto de quem o concebeu, não respeitando o princípio básico da oposição democrática consagrado na Constituição da República Portuguesa e violando o disposto na Lei n.º 24/98, de 26 de Maio, que aprova o Estatuto do Direito de Oposição.-----

-----Como exercício de pedagogia democrática, referimos o n.º 3 do artigo 5.º da referida Lei n.º 24/98, que prescreve que os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade directa e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respectivos orçamentos e planos de actividade, logo após a elaboração dos projectos de propostas e antes de serem colocados à votação em reunião de câmara.-----

-----Ainda relativamente a este assunto, recomendamos vivamente a leitura do parecer jurídico DSAJAL 58/08, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, elaborado por Maria José Castanheira Neves, esperando que esta leitura produza uma inflexão da postura do Senhor Presidente da Câmara e do executivo do Partido Social Democrata.-----

-----O valor total do orçamento municipal previsto para o ano de 2022 ascende a 24,39 milhões de euros. Apesar da diminuição das verbas referentes às transferências do Orçamento do Estado, no valor de 651.684 € relativamente ao ano de 2021, que se compreende devido à grave crise económica e social causada pela COVID-19, o orçamento municipal regista um aumento de cerca de 1 milhão de euros.-----

-----E aqui, quem quer fazer mais com menos, é o município de Arganil, que numa postura de contra-ciclo à diminuição das verbas transferidas para o Orçamento de Estado, quer fazer mais.-----

-----Apesar de estar bastante mascarado, verifica-se que o vício de empolar o orçamento se mantém, ou seja, o valor que a prestação de contas do ano de 2022 irá demonstrar, é que o valor orçamentado pelo executivo do PSD não será atingido, ficando alguns milhões de euros aquém do valor apresentado no documento que acabámos de votar. O Partido Socialista considera o valor do Orçamento para 2022 inverosímil, persistindo-se num incremento artificial no valor do orçamento.-----

-----Como comentário geral final, refere-se que o orçamento municipal e as GOP para o ano de 2022 evidencia uma ausência de estratégia em muitas áreas determinantes para o desenvolvimento do concelho de Arganil, ficando evidenciado que muitas das “estratégias” se esgotam quando terminam determinados projectos.--



Assembleia Municipal

-----Como comentários específicos ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, refere-se o seguinte:-----

-----1 - Não aloca qualquer verba para apoio às famílias nas suas despesas com o Ensino Superior, sabendo-se a importância da educação na promoção do princípio da igualdade, funcionando como um importante elevador social;-----

-----2 - O apoio inscrito de 28.000 € para apoio social a famílias carenciadas é extremamente escasso, considerando-se fundamental criar uma política municipal de habitação condigna à generalidade das famílias mais carenciadas;-----

-----3 - O orçamento para a Cultura volta a não apostar em eventos que tornem a agenda cultural municipal numa agenda diferenciadora, moderna e mobilizadora, não dando garantias quanto ao início das obras de requalificação do Cineteatro Alves Coelho em 2022;-----

-----4 - O apoio ao associativismo decresce 39%, de 205.000€ em 2021 para 125.000€ em 2022, considerando-se este valor inaceitável, sobretudo num período de elevada incerteza como o que vivemos, para que as organizações associativas consigam continuar o importante trabalho que desempenham;-----

-----5 - O apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do concelho continua a ser manifestamente insuficiente, e um dos mais baixos da região;-----

-----6 - Constata-se a persistência de obras e intervenções sem final à vista, como a requalificação urbana da Vila de Arganil e a obra do Largo do Piódão, demonstrando a incapacidade do executivo do PSD em os concluir;-----

-----7 - Manifesta-se o cepticismo relativamente ao início de algumas obras, como a substituição da ponte suspensa de Foz D'Égua, a intervenção de requalificação da Lomba do Canho, o Mercado Municipal de Arganil, o Parque de Campismo do Sarzedo ou os investimentos nas praias fluviais de Foz d'Égua, Peneda Talhada e Casal Novo, recordando todas as referências a estas obras em orçamentos anteriores que não foram concretizadas;-----

-----8 - Não se vislumbra qualquer referência a projectos apresentados há poucos meses em pré-campanha, como a intervenção nos arruamentos urbanos de Pomares;-----

-----No que se refere à delegação de competências e contratos-programa com as Juntas de Freguesia, considera-se essencial que se inclua o combate ao despovoamento e se promova o apoio de proximidade, sugerindo-se a avaliação da abertura diária de todas as Juntas de Freguesias, actuais e extintas, e um aumento do valor global de transferência para as freguesias por parte do Município de Arganil. Como bom exemplo a seguir, refere-se o contínuo aumento do valor de transferência para as freguesias do concelho de Arganil que o Governo do Partido Socialista tem vindo a realizar ininterruptamente desde 2015 (525.874€), sendo o valor referente ao ano de 2022 de 930.010€, o que significa um acréscimo de 77%, comparativamente a 2015.-----

-----Uma referência à intervenção da ampliação da Zona Industrial da Relvinha, com a qual o Partido Socialista concorda inteiramente, mas cujo futuro se considera



Assembleia Municipal

profundamente preocupante, tendo como exemplos flagrantes da aplicação sem estratégia de apoios públicos o edifício da Cerâmica Arganilense ou o Centro Empresarial e Tecnológico de Arganil. Sendo o investimento mais avultado dos últimos anos, teme-se que a intenção de promover uma “estratégia de atração de novas empresas, criação de novos postos de trabalho e captação de recursos humanos qualificados” não passe de uma boa intenção. De facto, não se encontra no documento do orçamento e das GOP qualquer referência a uma estratégia, programação, acção ou discriminação positiva ou diferenciadora que confirme este desígnio. Neste capítulo, importa referir que uma consulta à PORDATA confirma que o concelho de Arganil, em 2019, era o terceiro concelho do distrito de Coimbra em que os trabalhadores por conta de outrem menos auferiam, e que, em 2020, foi igualmente o terceiro concelho do distrito de Coimbra com maior taxa de desemprego.-----

-----No que se refere ao combate às alterações climáticas, o orçamento e as GOP para 2022 não evidenciam qualquer estratégia municipal quanto a esta matéria. O Secretário-Geral da ONU, António Guterres, no balanço que realizou à COP26, declarou ser "hora de entrar em modo de emergência" sendo as alterações climáticas a mais grave ameaça ao futuro da humanidade, exigindo-se um esforço conjunto sério e solidário. Recorda-se que o Governo de Portugal, em 2016, no âmbito do Acordo de Paris, assumiu o compromisso pioneiro de atingir a neutralidade carbónica até 2050, estando a prosseguir, de forma determinada, esse caminho de compromisso: já se se reduziu as emissões em 32%, 60% da electricidade que se consome é produzida a partir de fontes renováveis e no passado dia 19 de Novembro deu-se por terminado o último ciclo de produção a carvão da última central deste tipo existente no País. No desígnio das alterações climáticas, exige-se muito mais ao Município de Arganil.-----

-----Por último, um comentário à previsão de receitas obtidas com água, saneamento e resíduos, com aumentos de 36%, 58% e 27%, respectivamente, relativamente ao orçamento de 2021. Com uma população em acelerado declínio, e com um défice tarifário conjunto de mais de 350.000 € em 2019, estes valores remetem-nos para a forte hipótese de um brutal aumento das tarifas e taxas pagas actualmente pelos munícipes do concelho de Arganil. A título de exemplo, uma família de 3 elementos que paga em média uma factura de 30 € mensais, passará a pagar mais 12,3 €/mês (acréscimo de 148 €/ano), ou seja, um aumento de 41%. Considerando que o orçamento do Município de Arganil para 2021 previa uma variação negativa das receitas obtidas com água, saneamento e resíduos relativamente a 2020, constata-se que o tarifário praticado pelo Município de Arganil até 2021 não passou de uma medida puramente eleitoralista.-----

-----Por esta e por outras razões, o excessivo aumento da despesa corrente é preocupante, aumentando a probabilidade de, no futuro, se apresentarem orçamentos desequilibrados, recorrendo-se às receitas correntes por via das taxas cobradas aos munícipes para fazer face ao aumento do despesismo.-----



Assembleia Municipal

-----Por todas as razões atrás enunciadas e pela defesa de uma filosofia de governação concelhia, em muitos aspectos, oposta às propostas constantes no orçamento municipal e nas GOP para o ano de 2022, a bancada do Partido Socialista vota contra a proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2022.-----

-----Os membros da Assembleia Municipal de Arganil do Partido Socialista, Fernando Vale, Rodrigo Oliveira, Cristina Gama Dias, Mário Henriques, Luís Fontinha, José Miguel Nunes e Isabel Carvalho.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para referir que “os senhores deputados têm que fazer um esforço, porque isto não pode acontecer; temos que ter respeito uns pelos outros, em relação aos tempos estipulados para cada bancada.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “apenas quero dizer que a filosofia de governação que praticamos é aquela que mereceu ainda há pouco tempo, o sufrágio dos arganilenses e, em relação a isso, estamos muito identificados com aquilo que são os propósitos e com aquilo que são os objectivos e as ânsias dos nossos concidadãos. Mas acho muito lamentável que se use da mentira para tentar criar aqui um anátema, para tentar criar aqui uma ideia, principalmente quando o desafio é de termos uma atitude construtiva na vida política. Para além de todo o arrazoado que foi aqui tecido, mas depois de ter clarificado a questão das águas, do saneamento, e dos resíduos sólidos, não posso deixar de lamentar este recurso à mentira, numa tentativa de gerar a confusão. A minha intervenção foi muito clara, não há nenhum aumento tarifário, o que está preconizado e que está reflectido nos documentos previsionais, é o resultado dos Regulamentos tarifários que foram aprovados por unanimidade, em sede de reunião de Câmara e em sede de Assembleia Municipal.”-----

-----**DÉCIMO TERCEIRO:** Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação, das **normas regulamentadoras de execução orçamental para o ano de 2022 – Regulamento de Execução Orçamental.**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, aprovar as Normas Regulamentadoras de Execução Orçamental para o ano de 2022 – Regulamento de Execução Orçamental, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação.-----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO QUARTO:** Apreciação e votação, nos termos do nº 4 do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, na actual redação, da **proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2022.**---

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2022, nos termos do nº 4 do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, na actual redação.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO QUINTO: Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização prévia da Assembleia Municipal no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – alínea c) do nº 1 do artigo 6º.** Apreciação e votação da proposta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, aprovar a proposta de autorização prévia de Assunção de Compromissos Plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – alínea c), do nº 1 do artigo 6º.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO SEXTO: Celebração dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências do Município nas Freguesias/União de Freguesia – Apreciação e votação, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação, da proposta de Autorização para a respectiva Celebração, e da proposta de Autorização para a Assunção dos Respective Compromissos Plurianuais,** nos termos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.-----

-----Presente a Proposta do Senhor Presidente da Câmara, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

PROPOSTA

CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE ARGANIL NAS FREGUESIAS / UNIÕES DE FREGUESIAS



Assembleia Municipal

- Considerando que: -----
- O Regime Jurídico das Autarquias Locais (adiante RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na atual redação, prevê a concretização da delegação de competências através da celebração de contratos interadministrativos, prevista no artigo 120º, entre órgãos de municípios e órgãos das freguesias e que pode efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais. -----
 - Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação em face de novos desafios e de novas exigências. -----
 - A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade; da não discriminação; da estabilidade; da prossecução do interesse público; da continuidade da prestação do serviço público; e da necessidade e suficiência dos recursos. -----
 - A par das regras estabelecidas pelo RJAL, os contratos interadministrativos de delegação de competências estão ainda sujeitos, a título subsidiário, ao Código dos Contratos Públicos e ao Código do Procedimento Administrativo. Considerando ainda que: -----
 - Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações; -----
 - Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas;-----
 - As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos em domínios dos interesses próprios das populações destas, nomeadamente no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, nos termos dos artigos 117º, nº 2 e 131º; -----
 - A alínea l) do nº 1 do artigo 33º impõe à Câmara Municipal de Arganil a obrigação de discutir e preparar com as Juntas de Freguesia do concelho contratos de delegação de competências; -----
 - Por questões de racionalidade, proximidade e celeridade, as competências objeto de delegação ficam melhor acauteladas se delegadas nas freguesias. -----
 - Ficou demonstrado em mandatos anteriores, pela habitual celebração de contratos de delegação de competências, que as mesmas não configuram qualquer



Assembleia Municipal

aumento da despesa pública global, aumentando sim a eficiência e eficácia da gestão dos recursos, -----

-----Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência conferida pela alínea m) do nº 1 do artigo 33º do RJAL, delibere submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, nos termos da alínea k) do nº1 do artigo 25º do RJAL, da celebração dos contratos interadministrativos de delegação de competências nas freguesias/uniões de freguesias do concelho, anexos à presente proposta. -----

-----Mais proponho que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal, para cumprimento das disposições previstas na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, ambos na actual redação, autorização para a assunção dos respetivos compromissos plurianuais. -----

-----Paços do Município de Arganil, -----

-----O Presidente da Câmara Municipal. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 votos a favor, 5 votos contra e uma abstenção, autorizar a celebração dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências do Município nas Freguesias/Uniões de Freguesia, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação, bem como autorizar a Assunção dos Respetivos Compromissos Plurianuais, nos termos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----O senhor deputado **Fernando Vale** apresentou a seguinte declaração de voto:---

-----Votamos contra, não por estarmos contra os Contratos Interadministrativos, e a Delegação de Competências, que julgamos que é um instrumento fundamental, mas porque consideramos que o valor é exíguo e que algumas das intervenções que as freguesias têm que realizar não se coadunam com os valores que são transferidos pelo município de Arganil; algumas, considero até estarem abaixo dos valores de mercado. Por isso votamos contra.”-----

-----**DÉCIMO SÉTIMO:** Apreciação e votação da proposta de **Celebração dos Acordos de Transferência de Competências e Autos de Transferência de Recursos entre o Município e as Freguesias/Uniões de Freguesia** – Apreciação e votação, nos termos do artigo 5º do DL nº 57/2019, de 30 de Abril, na actual redação, da proposta de aprovação, e da proposta de **Manutenção de Competências no Âmbito de Intervenção do Município.**-----



Assembleia Municipal

-----Presente a Proposta do Senhor Presidente da Câmara, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

PROPOSTA
ACORDOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E AUTOS DE
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ENTRE O MUNICÍPIO DE ARGANIL E AS
FREGUESIAS/UNIÕES DE FREGUESIAS

-----Considerando que: -----

-----• A Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais, aprovada pela Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, visa concretizar os princípios da subsidiariedade, da descentralização e da autonomia do poder local, conforme dispõe o seu artigo 1º; -----

-----• Neste enquadramento, foi publicado o Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril, na atual redação, que concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, ao abrigo do nº 2 do artigo 38º da acima indicada Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, -----

-----• Estabelece o nº 2 do artigo 38º Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, e o nº 1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril, na atual redação, a transferência das seguintes competências dos municípios para órgãos das freguesias: -----

- a) A gestão e manutenção de espaços verdes; -----
- b) A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros; -----
- c) A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão; -----
- d) A gestão e manutenção corrente de feiras e mercados; -----
- e) A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico; -----
- f) A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico; -----
- g) A utilização e ocupação da via pública; -----
- h) O licenciamento da afixação de publicidade de natureza comercial, quando a mensagem está relacionada com bens ou serviços comercializados no próprio estabelecimento ou ocupa o domínio público contíguo à fachada do mesmo; -----
- i) A autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão;-----
- j) A autorização da colocação de recintos improvisados;-----
- k) A autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição;-----
- l) A autorização da realização de acampamentos ocasionais; -----
- m) A autorização da realização de fogueiras e do lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas, bem como a autorização ou receção das comunicações prévias relativas a queimas e queimadas. -----



Assembleia Municipal

-----• Prevê ainda o nº 3 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril, na atual redação, que “a assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, pode deliberar manter no âmbito de intervenção do município as competências referidas no n.º 1, no todo ou em parte, que se revelem indispensáveis para a gestão direta pelo município e tenham natureza estruturante para o município ou para a execução de missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa do município”. -----

-----• Estabelece ainda o nº 5 do artigo 38º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, que “Os recursos financeiros afetos às transferências de novas competências para as freguesias, pelos municípios, provêm do orçamento municipal após deliberação da assembleia municipal e de freguesia, não podendo ser inferiores aos constantes de acordos ou contratos respeitantes às mesmas matérias”. -----

-----Considerando ainda que: -----

-----• A Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia / Uniões de Freguesias do concelho de Arganil, nas diversas interações realizadas sobre a matéria, consideram que se encontram reunidas as condições para a concretização da transferência das competências previstas nas alíneas a) a f) do nº 2 do artigo 38º Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, e do nº 1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril, na atual redação, as quais, aliás, já constavam, ao longo dos anos, nos acordos de execução das delegações de competências que o Município contratualizava com as Freguesias, com as exceções a seguir estabelecidas: -----

♣ Gestão e manutenção dos espaços verdes da Antiga Cerâmica Arganilense, do SubPaço, do Centro de Atividades Juvenis e da Capela de São Pedro (freguesia de Arganil), bem como do Parque do Prado (União das Freguesias de Coja e Barril de Alva). -----

♣ A gestão e manutenção corrente da feira e mercado da Freguesia de Arganil.

-----• O exercício destas competências pelas Freguesias / Uniões de Freguesias não determina o aumento da despesa pública global prevista no ano da concretização e promove o aumento da eficiência da gestão e dos ganhos de eficácia dos recursos, concretizando uma boa articulação entre o Município e as Freguesias / Uniões de Freguesias, o que resulta numa melhoria dos serviços prestados às populações; -----

-----• Para além do acordo das Juntas de Freguesia para a transferência das referidas competências e respetiva transferência de recursos, existe a capacidade financeira da Câmara Municipal de Arganil para as honrar na justa medida da sua execução; -----

-----• Os recursos financeiros foram calculados tendo por base as estruturas de despesas que o Município tem com o exercício das competências em causa, não sendo inferiores aos constantes dos acordos de execução das delegações de competências que o Município contratualizava com as Freguesias; -----



Assembleia Municipal

-----• Os acordos ora concretizados não obstem ao prosseguimento do trabalho conjunto de preparação para a concretização futura da transferência das restantes competências legalmente previstas, -----

-----Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência conferida pela alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, delibere submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação, nos termos do nº 2 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril, na atual redação, os Acordos de Transferência de Competências e Autos de Transferência de Recursos do Município de Arganil para as Freguesias/Uniões de Freguesias, anexos à presente proposta. ---

-----Mais proponho que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal, nos termos do disposto no nº 3 do citado artigo 5º, a manutenção, no âmbito de intervenção do Município, das competências previstas nas alíneas g) a m) do nº 2 do artigo 38º Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, e do nº 1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril, na atual redação, bem como das seguintes competências, por se revelar indispensável a sua gestão direta por parte do Município: -----

-----. A gestão e manutenção dos espaços verdes da Antiga Cerâmica Arganilense, do Sub-Paço, do Centro de Atividades Juvenis e da Capela de São Pedro (freguesia de Arganil), bem como do Parque do Prado (União das Freguesias de Coja e Barril de Alva). -----

-----. A gestão e manutenção corrente da feira e mercado da Freguesia de Arganil.---

-----Paços do Município de Arganil, -----

-----O Presidente da Câmara Municipal. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 votos a favor, 5 votos contra e uma abstenção, o seguinte:-----

-----Autorizar a Celebração dos Acordos de Transferência de Competências e Autos de Transferência de Recursos entre o Município e as Freguesias/Uniões de Freguesia, relativos às competências previstas nas alíneas a) a f) do nº 2 do artigo 38º da Lei nº 50/2018, de 16 de Agosto, e do nº 1 do artigo 2º do DL nº 57/2019, de 30 de Abril, na actual redação;-----

-----Aprovar a manutenção, no âmbito de intervenção do Município, das competências previstas nas alíneas g) a m) do nº 2 do artigo 38º da Lei nº 50/2018, de 16 de Agosto, e do nº 1 do artigo 2º do DL nº 57/2019, de 30 de Abril, na actual redação, bem como das seguintes competências, por se revelar indispensável a sua gestão directa por parte do Município:-----

---a) A gestão e manutenção dos espaços verdes da Antiga Cerâmica Arganilense, do Sub-Paço, do Centro de Actividades Juvenis e da Capela de São Pedro (freguesia de Arganil), bem como do Parque do Prado (União das Freguesias de Côja e Barril de Alva). -----

---b) A gestão e manutenção corrente da feira e mercado da Freguesia de Arganil.----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO OITAVO:** Apreciação e votação, nos termos da alínea m) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação, da proposta de **Alteração ao Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3º Grau do Município de Arganil, integrante da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais de Arganil.**-----

-----Presente a Proposta do Senhor Presidente da Câmara, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

Proposta de alteração ao Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia do 3º Grau do Município de Arganil, integrante da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais de Arganil

-----Em conformidade com os artigos 6º e 7º do Decreto-Lei nº305/2009, de 23/10 na actual redação, a Organização dos Serviços Municipais de Arganil em exercício foi aprovada por deliberação da Assembleia Municipal tomada na sua sessão de 25/09/2010, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em sua reunião de 21/09/2010 que aprovou também, em 07/12/2010, a Estrutura publicada pelo Despacho nº2070/2011 na IIª Série do Diário da República nº19, de 27/01/2011. Em 2012 a Organização em causa foi alterada por deliberação da Câmara Municipal em sua reunião de 05/12/2012, com o conhecimento da Assembleia Municipal na sua sessão de 05/12/2012, publicada pelo Despacho nº2527/2013 na IIª Série do Diário da República nº32, de 14/02/2013 e em que foi aditado o âmbito da Piscina Municipal de Arganil (artº39º). Em 2020, por deliberações da Assembleia Municipal, tomada em sua sessão de 07/12/2019 e da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 19/11/2019, o documento em causa foi alterado contemplando a criação da quarta unidade orgânica designada por Unidade da Administração Direta, dependente da Divisão de Gestão Urbanística e liderada por dirigente intermédio do 3º grau, cujo Regulamento foi aprovado e constitui o Anexo II à Estrutura e Organização dos serviços Municipais de Arganil, publicitada pelo Despacho nº1443/2020 publicado na IIª Série do Diário da República nº21, de 30/01/2020. -----

-----Atendendo que, -----

-----Em consequência da alteração anterior, foi procedida à abertura do procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia do 3º grau – Chefe de Unidade da Administração Direta, da Divisão de Gestão Urbanística dos serviços municipais de Arganil, que foi publicado por extrato pelo aviso nº6723/2021, na IIª Série do Diário da República nº71 de 13/04/2021 e, integralmente na Bolsa de Emprego Público pela oferta referência OE202104/0294, contendo a indicação dos requisitos formais de provimento, do perfil exigido, da composição do Júri, dos métodos de seleção e demais condições, porém, não foi rececionada qualquer



Assembleia Municipal

candidatura ao procedimento concursal não causa, considerando-se o mesmo deserto,-----

-----A Unidade orgânica da Administração Direta detém atribuições que justificam a promoção estável do recrutamento, seleção e provimento da sua liderança direta para que, de uma forma eficiente, eficaz, qualitativa e motivadora seja garantido o cumprimento dos objetivos, a melhoria dos resultados e a otimização dos recursos, respondendo às necessidades dos cidadãos, -----

-----Neste âmbito deve-se também considerar a similitude com a prática dos demais Municípios da dimensão de Arganil, -----

-----Proponho, no uso da competência cometida pela al. a) do nº2 do artº35º da Lei nº75/2013, de 12/09 na atual redação e em conformidade com o disposto no nº3 do artº4º da Lei nº49/2012, de 29/08, que adapta à Administração Local o estatuto do pessoal dirigente dos serviços da Administração Central, Regional e Local do Estado aprovado pela Lei nº2/2004, de 15/01, ambos na sua atual redação, que seja alterado o estatuto remuneratório dos cargos dirigentes de direção intermédia do 3º grau do Município de Arganil, constante no Regulamento integrante da Organização e Estrutura dos Serviços Municipais de Arganil, concretamente acrescentando ao posicionamento remuneratório previsto uma posição e nível remuneratório, nos seguintes termos: -----

Alteração à Estrutura e Organização dos Serviços Municipais de Arganil

Artigo 1.º Lei habilitante

-----A presente alteração é efetuada ao abrigo do artº241º da Constituição da República Portuguesa e nos termos da Lei nº75/2013, de 12/09 na atual redação, do Decreto-Lei nº305/2009, de 23/10 na atual redação, da Lei nº49/2012, de 29/08 na atual redação. -----

Artigo 2º Objeto e Âmbito

-----A presente alteração visa a alteração do estatuto remuneratório dos cargos de direção intermédia do 3º grau do Município de Arganil. -----

Artigo 3º Alteração

-----1 – O artigo 5º do Anexo II – Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia do 3º Grau passa a ter a seguinte redação: -----

(...)

Anexo II Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3º Grau

(...)



Assembleia Municipal

Artigo 5º **Estatuto Remuneratório**

-----A remuneração dos titulares dos cargos de direção intermédia de 3º grau corresponderá à 5ª posição remuneratória da carreira geral de Técnico Superior, de acordo com o disposto no nº3 do artº4º da Lei nº49/2012, de 29/08 na actual redação, acrescida de subsídio de refeição diário de valor igual ao de direito reconhecido para a generalidade dos trabalhadores da Administração Pública. -----

Artigo 4.º **Entrada em Vigor**

-----A presente alteração produzirá os seus efeitos no dia seguinte ao da respetiva publicação no Diário da República. -----

-----Paços do Município de Arganil,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, aprovar a Alteração ao Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3º Grau do Município de Arganil, integrante da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais de Arganil, nos termos da alínea m) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO NONO: Para conhecimento** – Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 01 de Agosto e 30 de Novembro de 2021, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-----

-----Presente a informação técnica INF/DAGF/339/2021, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento, no âmbito da Autorização Prévia Genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (INF/DAGF/339/2021).----

-----**VIGÉSIMO: Para conhecimento** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da Situação Financeira do mesmo.-----



Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório Financeiro correspondente ao período de 01/01/2021 a 30/11/2021 e do Relatório de Actividades correspondente ao período de 01/08/2020 a 30/11/2021.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para “referir o seguinte, para que saibamos, em termos de futuro, como nos devemos comportar: agradeço a forma elevada como as questões foram colocadas, mas há que respeitar os tempos e quando vimos para aqui, temos que saber que tempo temos e aquilo que escrevemos para, a tempo e horas, podermos terminar os trabalhos. A todos desejo um bom Natal e que o novo ano nos traga o melhor.”-----

ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram quinze horas e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----
